



Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

O Sr. Vereador Fernando Manuel Monteiro esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 01 de julho de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 222/20 – Proposta n.º 56/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Adenda à Deliberação n.º 172/2020, de 3 de junho de 2020 - Procedimento ao abrigo do DL n.º 29/2011, de 28.02, para determinação de adjudicatário em contrato de gestão de eficiência energética, destinado à implementação de medidas de melhoria de eficiência energética no sistema de iluminação pública no Município de Setúbal**
 - 3. Deliberação n.º 223/20 – Proposta n.º 57/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Acordo para constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes – Alteração do objeto do concurso.**
 - 4. Deliberação n.º 224/20 – Proposta n.º 58/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção e exploração de 3 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal – Alteração das peças do procedimento.**
 - 5. Deliberação n.º 241/20 – Proposta n.º 59/2020 – DAF – Apoio ao Vitória Futebol Clube.**

6. **Deliberação n.º 225/20 – Proposta n.º 14/2020 – DCIRT/DITUR – Apoio financeiro à Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal, para o projeto na área do Turismo Acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praias para Todos”.**
 7. **Deliberação n.º 226/20 – Proposta n.º 14/2020 – DURB/DIPU/GAP – Estudo Urbanístico de Brejos de Canes.**
 8. **Deliberação n.º 240/20 – Proposta n.º 15/2020 – DURB/DIMOT – Desafetação de parcela de terrenos municipais e transferência dominial subjetiva para a Infraestruturas de Portugal, S.A. para construção de rotunda na EN 10 ao km 23,300.**
 9. **Deliberação n.º 227/20 – Proposta n.º 18/2020 – DOM/SEGAH – Venda de habitação pública municipal.**
 10. **Deliberação n.º 228/20 – Proposta n.º 19/2020 – DOM - Concurso limitado por prévia qualificação 04/2020/DOM - “Museu de Setúbal – Recuperação do Convento de Jesus – Alas Norte e Nascente”: Aprovação do Relatório Final da Fase de Qualificação. Deliberação de qualificação de candidatos. Convite aos candidatos qualificados, para apresentação de proposta.**
 11. **Deliberação n.º 229/20 – Proposta n.º 20/2020 – DOM – Empreitada “Requalificação urbana e mobilidade na Avenida dos Combatentes e Avenida 22 de Dezembro”.**
 12. **Deliberação n.º 230/20 – Proposta n.º 21/2020 – DOM - Protocolo de cooperação técnica e financeira com vista à intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Forte de S. Filipe – Segunda Fase.**
 13. **Deliberação n.º 231/20 – Proposta n.º 22/2020 – DOM - Empreitada “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Eficiência Energética” – Abertura de concurso público.**
 14. **Deliberação n.º 232/20 – Proposta n.º 23/2020 – DOM/DIHAB - Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Habitação de Setúbal**
 15. **Deliberação n.º 233/20 – Proposta n.º 56/2020 – DCDJ/DIBIM – Doação de Estatueta ao Município.**
 16. **Deliberação n.º 234/20 – Proposta n.º 57/2020 – DCDJ/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal. Apoio financeiro.**
 17. **Deliberação n.º 235/20 – Proposta n.º 58/2020 – DCDJ/DISOC – Banco Alimentar Contra a Fome. Apoio financeiro.**
 18. **Deliberação n.º 236/20 – Proposta n.º 18/2020 – DES/GABS – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Sul – Grupo de Apoio de Setúbal (GASET).**
 19. **Deliberação n.º 237/20 – Proposta n.º 19/2020 – DES/DIAPE – Retificação de deliberação – Ação Social Escolar 2020/2021 – Livros de Atividades.**
 20. **Deliberação n.º 238/20 – Proposta n.º 20/2020 – DES/DIAPE – Aceitação de doação – Programa Responsabilidade Social LACTOGAL | Bem alimentar o futuro é cuidar das crianças hoje.**
 21. **Deliberação n.º 239/20 – Proposta n.º 10/2020 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2020.**
- C) **Período destinado à intervenção do público.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete, do Departamento de Administração Geral e Finanças e do Departamento de Urbanismo (licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º s 4 a 6.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- c) Foi dado conhecimento pela Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira do mapa relativo aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

A) Período de antes da ordem do dia

2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria dar duas notas. Primeiro, dar os parabéns ao Vereador Fernando Monteiro pela sua eleição como Presidente da Concelhia do PSD. Podia parecer estranho, mas queria expressar a sua opinião, que era mesmo muito pessoal. Nos tempos que se viviam era bom que tivessem os seus adversários e as forças partidárias da democracia portuguesa com os seus órgãos eleitos, porque era nessa discussão e na diferença de ideias que construíam soluções. Portanto, queria desejar-lhe felicidades para o seu mandato – naturalmente, felicidades não nos processos eleitorais -, mas, com certeza que era importante para o seu trabalho e nas funções em que estava agora, para que tinha sido eleito pelos seus companheiros de partido.

Aproveitava, também, para dar uma informação. O Partido Socialista, nas últimas reuniões da Câmara, tinha trazido um conjunto de notas e não tinha tido a capacidade ou a disponibilidade para responder a algumas das questões que lhe tinham sido dirigidas pelo executivo municipal.

Recordava que havia cerca de três reuniões atrás que tinha tido a oportunidade de, em conjunto com a Sra. Presidente, fazer referência à putativa informação, que desconheciam à data, sobre a candidatura dos 30 milhões que o Governo iria lançar, de apoio à Cultura. Face às notícias que iam correndo e às relações estreitas que os vereadores do Partido Socialista eleitos na Câmara Municipal e, até por alguns acontecimentos que tinham vindo a público, da vinda de deputados - portanto, informações privilegiadas -, sobre essa matéria tinham colocado questões. Recordava que o Vereador Paulo Lopes tinha demonstrado alguma sintonia e preocupação, se fosse esse o formato da dita candidatura.

Finalmente, tinham tido informação sobre essa candidatura e queria apenas - porque podia ter parecido, se calhar, pouco verosímil ou pouco rigoroso aquilo que, à data, quer ele quer a Sra. Presidente tinham demonstrado - confirmar exatamente as suas preocupações e o formato da candidatura. Portanto, queria dar essa nota aos senhores vereadores do Partido Socialista, que aquilo que ali tinham dito se confirmava. A candidatura para apoio às entidades era, de facto, feita através de uma candidatura intermunicipal, que tinham

aproximadamente 3 semanas para constituir e, obviamente, não estavam a falar, nem pouco mais ou menos, de milhares de milhões de euros para a Cultura.

Ainda não sabiam exatamente qual era o valor, mas podia dizer que passava, efetivamente, por uma candidatura intermunicipal. Portanto, tinham que ver a disponibilidade de parceiros para conduzir essa mesma candidatura. Obviamente, estavam a falar, para a Área Metropolitana de Lisboa, segundo se sabia, de 1 milhão e 500 mil euros. Estavam a falar de 18 municípios, considerando municípios com uma dimensão populacional gigantesca, com um número alargadíssimo de estruturas de criação artística. Esse era o sumário e a pobreza da forma como o Governo tinha tratado essa emergência, essa urgência que tinham as entidades de criação artística da Cultura, sobretudo aquelas que não estavam a ser consideradas pelos apoios à Cultura. Portanto, ficava essa nota.

Não era apenas suspeita. Era, de facto, a confirmação de que a maneira como o Governo tratava a urgência e a emergência dos artistas do nosso país era dessa forma. Portanto, iam ver o que ia restar dessa possível candidatura e aquilo que eram os critérios para a elegibilidade de muitas das estruturas locais e que a Câmara Municipal tudo faria para que pudessem ser elegíveis.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria prestar uma informação sobre um tema de que tinham vindo a falar. Tinha a ver com o programa - que não ia adjectivar -, que tinha sido muito anunciado pelo Governo, relativamente à substituição das coberturas de fibrocimento dos estabelecimentos escolares.

Na semana anterior tinha sido publicado o Aviso LISBOA-73-2020-26, para apresentação de candidaturas ("Investimento no ensino, na formação, na formação profissional, nas competências, na aprendizagem" e por aí fora) na medida 10.5, relativamente à substituição de coberturas. O que é que dizia esse aviso no seu ponto 5.2, nomeadamente no n.º 4 do ponto 5.2, que eram os critérios de elegibilidade das operações? Dizia o ponto 4 o seguinte: "Apresentação da adjudicação nos termos do Código dos Contratos públicos do procedimento para remoção substituição de fibrocimento." Se algum dos presentes fosse capaz de lhe indicar um outro aviso de candidatura para os municípios em que os municípios, para exercerem uma competência que não era sua - era uma competência que lhes tinha sido delegada, através de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e os municípios -, em que, para a concretização dessa candidatura, o projeto elegível tinha que estar adjudicado, que lhe dissessem, porque se comprometia ali a pagar um almoço à escolha de cada um.

Acrescentava isso, porque aquela candidatura dizia o seguinte, na conclusão desse ponto 5.1: "O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da autoridade do Estado", ou seja, ou estava adjudicada ou não era elegível para ser apoiada. E, depois, acrescentava mais. O ponto 7 do aviso, na dotação financeira do aviso, dizia o seguinte: "A dotação indicativa do cofinanciamento FEDER a atribuir à totalidade das operações a seleccionar no âmbito do concurso abrangido pelo presente aviso é de 18.794.483 euros". Dizia o ponto 8.3: "O valor indicativo é de 55 euros por metro quadrado". Se fossem somar toda a área que estava identificada no despacho conjunto - o famoso despacho de que tinham falado na reunião anterior -, entre o senhor ministro da Educação e a senhora ministra da Coesão do Território e multiplicassem toda a área abrangida por esses 55 euros, ficavam a faltar, para a Área Metropolitana de Lisboa, 1.800.000 euros.

O que é que isso queria dizer? Que, embora dissesse que a taxa de financiamento das operações era de 100 por cento, nem todas iam ter financiamento. Mas, entretanto, para cumprir aquele desígnio nacional - o Governo tinha assumido que num ano iria resolver aquilo que em 20 anos não tinha sido feito, para os municípios fazerem -, os municípios já tinham que ter adjudicado as suas operações, sem saberem se lhes seria aprovada, ou não, a candidatura, ou seja, se tinham ou não tinham dinheiro para fazer a obra.

Isso servia para ali informar que já tinham em processo de concurso público a substituição das coberturas que estavam encapsuladas, mas que, mesmo assim, tinham entendido que



deveriam proceder à sua substituição, da responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal. Estavam prontos para avançar com a Escola Básica 2/3 de Aranguez e, em breve, estariam prontos para avançar com a Escola Secundária D. Manuel Martins e com a Escola EB 2/3 de Azeitão.

Aquilo que tinha sido uma promessa, um anúncio do Governo, não estava a ser cumprido. Portanto, não viessem responsabilizar a Câmara Municipal de Setúbal se alguma dessas obras não fosse possível de concretizar. A responsabilidade era de quem tinha elaborado esse aviso e de quem tinha anunciado um programa que não dizia a verdade toda e que atirava para a responsabilidade dos municípios o ónus de algo que não era da sua responsabilidade.

Isso não substituíam em nada o empenho que tinham anunciado anteriormente e que a Sra. Presidente da Câmara tinha anunciado na Assembleia Municipal, de que a Câmara Municipal iria assumir, ajudar e apoiar para a resolução desse problema que o Governo nunca tinha sido capaz de resolver, mas não o iam fazer às custas das competências que eram da Câmara Municipal. Iam fazer das "tripas coração" para conseguir resolver esse problema, que era um problema das crianças de Setúbal e era um problema de todos os municípios e não municípios que trabalhavam nessas escolas.

Sra. Presidente – Disse que, para completar isso, queria dizer publicamente uma coisa que não queria dizer, mas que tinham que dizer. Andavam havia muitos meses à espera de uma reunião com o senhor ministro da Educação. Com a publicação desse anúncio tinham acelerado ainda mais os pedidos. Todas as semanas era feita 2 ou 3 vezes a renovação do pedido: "Queremos uma reunião com o senhor ministro, queremos discutir estas coisas. Isto não pode ser tratado na praça pública", mas, a partir daquela altura, era na praça pública, porque podia ser que, assim, o senhor ministro os ouvisse.

Era um desrespeito. Isso já era uma característica do Partido Socialista. Já tinha contado ali que, no mandato anterior, tinha tido que fazer uma espera ao senhor ministro do Ambiente da altura. Era uma joia de pessoa, mas tinha estado 2 anos e tal à espera de uma reunião. Tinha sido preciso ir ao Ministério do Ambiente com a RTP atrás. (Pensava que não era verdade, mas tinha sido com a RTP atrás). Nesse dia à tarde tinha reunião marcada e, a partir daí, tinham começado a entender-se.

Com o senhor ministro da Administração Interna não era possível dialogar, porque não recebia mesmo. Já nem lhe pediam reunião, já iam falando com o secretário de estado. O senhor ministro da Educação seguia más pisadas. Nunca tinha encontrado isso num governo do PSD. Tinha encontrado sempre isso nos 3 governos do Partido Socialista, o desrespeito total de alguns ministros para com os autarcas, que eram eleitos. Eram eleitos, não eram nomeados.

Naquele dia, sob ameaça, o gabinete do senhor ministro - que nem sequer respondia às chamadas, nem o chefe de gabinete dele respondia às chamadas que o seu chefe de gabinete lhe fazia -, depois de grande pressão e de dizer que sexta-feira estaria lá de manhã à sua espera e só sairia de lá quando o senhor ministro a atendesse, imediatamente tinha vindo resposta, a dizer que o senhor ministro não podia atender, andava ocupado com outras coisas, com outras visitas. Compreendia isso tudo, visitas, se calhar, muito mais perto do ministério do que Setúbal, que ficava a 40 quilómetros. Compreendia isso tudo, era preciso ajudar os camaradas. Não aceitava, mas lia nas entrelinhas o que estava a acontecer vergonhosamente. Compreendia que o senhor ministro tinha ali, logo a seguir à ponte, um município para ajudar, mas andavam havia meses a dizer que queriam discutir coisas da Educação. Tinha sido eleitos para discutir coisas da Educação. Da Educação e outras, mas, com esse senhor, queriam falar de coisas da Educação. Portanto, o senhor ministro só naquele dia é que, finalmente, tinha dito que não podia receber, porque saía todos os dias do ministério às 2 da manhã. Também saía muito tarde todos os dias e ninguém a obrigava a ali estar. Portanto, era igual para o senhor ministro.

O senhor ministro tinha dito que a senhora secretária de Estado é que a iria receber, porque ele não podia. Quando pedia para falar com um colega dela, falava com um colega dela.

Naquele caso, quando queria falar com o ministro era com o ministro. Se quisesse falar com o secretário de Estado também sabia pedir reuniões aos secretários de Estado, também a atendiam. Naquela manhã, o senhor ministro tinha dito que era com a senhora secretária de Estado, mas não sabia qual era o assunto. Outro desrespeito vergonhoso. Não sabia qual era o assunto. O chefe de gabinete dele nem sequer sabia onde é que tinha recebido os e-mails, a ordem de trabalhos que tinham proposto, etc.

Portanto, isso tinha passado a ser público. Se era assim que pretendiam, tinha passado a ser público. Tinham tido o máximo cuidado e educação. Tinham respeito pelo trabalho dos outros, mas também exigiam que os outros tivessem para com eles. Tinham, no ano anterior, andado a pedir essa reunião. Tinha-se metido a pandemia e tinham compreendido. Tinha-se complicado com a saída desses e de outros avisos. Havia mais avisos. Havia o problema das refeições escolares, que queriam falar com ele e havia aquele problema. Era com ele que queriam falar, não era com a senhora secretária de Estado. Não pactuavam com assinaturas de protocolo da senhora secretária de Estado para fazerem um brilharete. Não pactuavam. Era com o senhor ministro que tinham que falar. (Estava ali o seu chefe de gabinete a dizer que ele tinha recebido naquele momento a comunicação. Só tinham pedido naquela altura... Isso queria dizer que o seu secretariado funcionava muito mal, devia ser despedido. Devia ser despedido o chefe de gabinete ou a própria secretária dele).

Isso era, de facto, uma coisa que não era inaudita no Partido Socialista. O Partido Socialista era assim. Portanto, queriam referir que já estavam no mesmo andamento com a senhora ministra da Saúde, por quem tinha muito respeito. Compreendia a situação que estava a atravessar, mas, pasmem!, tinham sabido no dia anterior, numa reunião que tinham tido a propósito da Saúde, naquela sala, que a senhora ministra tinha tido tempo para receber um outro ilustre munícipe da terra, que não era eleito, que queria falar do mesmo problema que eles tinham para falar. Eles, que iam a votos e que se fartavam de trabalhar para as pessoas. Se já tinha tempo para receber um amigo numa reunião, a senhora ministra da Saúde ia ter exatamente o mesmo problema de divulgação desse tipo de atos indignos para com quem eram responsáveis do Estado e não tinham um tratamento de Estado. Isso não era um tratamento de Estado e de respeito institucional.

Tinha dito no dia anterior ao "Observador" que o seu colega presidente da Câmara de Lisboa, ao perguntarem-lhe se ela estava de acordo com ele, tinha dito que não era uma questão de estar de acordo ou não, isso era para outros fóruns e noutros sítios. Achava que ele tinha estado mal, até do ponto de vista da relação institucional. Quando eles se tratavam assim, também tinham que começar a dizer alguma coisa, até do ponto de vista das relações institucionais, uma vez que ele era presidente de uma câmara - era o Poder Local - e estava a tratar mal o Poder Central.

Se havia problemas, tinham muitos sítios para discutir esses problemas, mas havia limite para o respeito. Havia limite para essas responsabilidades e solidariedades institucionais. Havia limite e, portanto, já tinham atingido o limite. Nunca tinham sido tratados assim pelos governos do Partido Social Democrata. Isso era preciso que se dissesse. Nunca. Podia demorar um mês, podia demorar 2 meses.

Alguns ministros dos sucessivos governos do Partido Socialista eram "*habitués*" nesse tipo de relação e de desrespeito por aqueles que estavam junto das populações. Trabalhavam para as populações e precisavam de falar com quem de direito sobre problemas que afetavam as populações. Não havia respeito. Tinham esperado meses e, pasme-se!, diziam que só naquela altura é que tinham pedido uma reunião. O que valia era que tinham os outros pedidos todos. Era para completar aquilo que tinha dito o senhor Vereador Ricardo Oliveira.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, sobre o que tinha ali sido dito, percebia alguma frustração nas palavras da Sra. Presidente, por não ter sido recebida pelas pessoas a quem tinha solicitado a reunião. Também não sabia se aquelas intervenções já não eram um sinal do voto contra do PCP ao Orçamento Retificativo. Parecia que havia uma agudização do Partido Comunista em relação ao Governo do Partido Socialista e que a "geringonça" tinha acabado definitivamente.

Pelas palavras do Primeiro-Ministro no dia anterior ou dois dias atrás, não lhe parecia que esse fosse o caminho. Aliás, tinha dito que estavam em cima da mesa todas as oportunidades para que o próximo orçamento e a relação que havia com os partidos de esquerda, que tinham viabilizado nos últimos 5 anos os orçamentos, continuasse.

Se isso era uma questão mais abrangente, era preciso explorar esse caminho. Se tinha a ver com algumas questões pessoais, de alguns elementos do Governo, não sabia. Sabia que a secretária de estado da Educação era uma ex-presidente de câmara, uma pessoa que tinha uma experiência muito grande e já tinha passado por aquilo que, eventualmente, a Sra. Presidente também passava, nessa tentativa de relacionamento com membros do Governo e, portanto, devia estar mais sensível a esses factos.

Tinha pedido a palavra, acima de tudo, para três apontamentos. Primeiro, celebrava-se naquele dia o 132.º aniversário da Associação de Socorros Mútuos. Portanto, através do lema “O meu é teu”, ao serviço da comunidade de Setúbal ao longo desses 132 anos, aproveitava institucionalmente para saudar a Associação de Socorros Mútuos na pessoa do presidente da direção, que era o seu camarada e Vereador Fernando Paulino, e, na sua pessoa, saudar todos os funcionários, colaboradores e associados que todos os dias realizavam o sonho dos seus fundadores.

O segundo ponto tinha a ver com algumas mensagens que alguns moradores da zona do Jardim da Algodeia lhes tinham feito chegar. Não sabia se já tinha chegado ao conhecimento do executivo, mas parecia que tinha havido alguns ajuntamentos de alguns jovens, que iam ficando por ali depois do café encerrar, depois das 8 horas, que iam criando alguns problemas.

Sinceramente, achava que a nenhum deles tinha passado pela cabeça achar que um ajuntamento de jovens era um problema depois do 25 de Abril. Mas, como as recentes declarações da Sra. Presidente ao “Observador”, que também tinham ouvido, diziam que era preciso estar na defensiva, no sentido de evitar que o vírus se propagasse, em relação ao lixo que eles deixavam lá – garrafas, etc -, num espaço que era partilhado por adultos e crianças, também não tinha solução, porque não podia haver polícias a vigiar isso, senão entravam num estado securitário em que nenhum deles se revia, mas era uma preocupação que alguns moradores tinham feito chegar.

Em relação às declarações da Sra. Presidente ao “Observador”, não era tão otimista. A Sra. Presidente tinha sido muito otimista em relação à questão do desemprego na região, dizendo que não havia e que não se passava nada. Se calhar, tinha sido um certo exagero. Obviamente que existia desemprego criado pela crise, mas registava que tinha havido uma análise positiva das medidas de mitigação do impacto da crise na economia. Portanto, isso era positivo, dentro do negativo que tem vindo a ser aquela pandemia.

Por último, no dia seguinte, dia 16 de Julho, celebrava-se o 45.º aniversário da ordenação do 1.º Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, que coincidia, também, com a criação da diocese. D. Manuel Martins tinha proferido uma frase que tinha ficado conhecida, que tinha sido “nasci bispo em Setúbal, agora sou de Setúbal.” Essa frase mostrava a forma como D. Manuel Martins se tinha ligado a Setúbal e às suas gentes.

Além de vários títulos honorários em vários concelhos, em Setúbal tinha sido também dado o nome de D. Manuel Martins a uma escola secundária do concelho. No entanto, tendo no dia anterior reunido a Comissão de Toponímia, que aproveitava para saudar na pessoa da Sra. Presidente, tinham deliberado atribuir, entre outros, o nome de uma nova avenida junto à várzea, a Avenida Paula Costa, que era algo que já tinham falado na Câmara e na Assembleia Municipal. Sinceramente, pensava que era uma avenida com uma grande visibilidade. Portanto, queria agradecer e manifestar a satisfação deles por essa decisão.

Pensava que na toponímia da cidade não existia, também, o nome de D. Manuel Martins. Não existia na toponímia. Tinha estado a consultar e existia a escola, mas na toponímia da cidade não existia. Se existisse, muito bem. Se não existisse, era uma proposta que ali deixava.

Também sabia que tinha sido atribuído o nome do Manuel Bola a uma das ruas. Parecia que alguns dos artistas da cidade ficavam ali ligados a uma das vereadoras da Cultura que tinha

deixado nome, que tinha sido a Paula Costa. Ficava ali interligado, naquelas ruas daquela nova urbanização.

Também deixava a proposta, se já existia toponímia, em termos de arte pública, como o Manuel Bola também tinha na Avenida Luísa Todi uma estátua, se, numa das principais artérias da cidade ou junto à Praça Teófilo Braga, onde o D. Manuel Martins sempre tinha vivido em Setúbal, na rua António Maria Eusébio, se não seria de a Câmara Municipal também considerar fazer ali uma homenagem a D. Manuel Martins este ano, em que se comemorava o 45.º aniversário da sua nomeação para bispo de Setúbal.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, ainda sobre a questão do fibrocimento, achava interessante a forma como o Sr. Vereador Paulo Lopes, quando queria elogiar o Governo, batia com a mão no peito e dizia “o Governo é meu”. Quando o Governo fazia uma “barraca” como aquela do fibrocimento, “ui, deixa estar, o problema é deles”.

Era bom que fosse coerente e assumisse as coisas tal como eram. De facto, aquilo que tinha acontecido com esse aviso, como o Vereador Ricardo muito bem tinha explicado, tinha sido um monumental disparate. Dizia disparate para não dizer uma coisa pouco séria, partindo do princípio que as pessoas tinham feito mal e não tinham feito de propósito, mas aquilo não podia ser. Não fazia sentido nenhum ir lançar uma obra e, depois, dizer “afinal, não tenho apoio, rapaz. Agora, safe-te”. Não dava, aquilo tinha que ser mesmo revisto. O PS podia interferir junto dos seus camaradas, para irem fazer uma correção de um processo que não fazia sentido e que era nacional, não era um processo de Setúbal. Estavam a colocar uma questão que era nacional. Portanto, pelo menos isso. Era fundamental, até porque estava em causa resolver um problema concreto e resolvê-lo de forma adequada.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, se o senhor vereador não se importasse que o interrompesse, queria complementar a sua intervenção e dizer o seguinte: Efetivamente, isso era um problema de todos os municípios do país, não era um problema de Setúbal.

A sua pergunta era qual tinha sido a reação, até àquele momento, da Área Metropolitana e da Associação Nacional de Municípios, porque esse problema que Setúbal podia ter eventualmente muitos outros municípios teriam. Eventualmente, o sítio por excelência para se poder tratar junto com o Governo - e não o município, isoladamente -, para poder alterar, se tivesse que ser alterada alguma coisa, seria na Associação de Municípios ou na AML ou na AMRS, também.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que poderia ser aí, mas ali também era. Podiam dirigir-se ao Governo e dizer que aquilo estava errado, fizessem o favor de corrigir. Era isso que estavam a dizer, porque não fazia sentido o que ali estava. Era essa a questão, não passasse a bola para o lado e assumisse que era assim. Essa era a primeira questão que queria colocar.

Outra questão que queria colocar tinha que ver com um conjunto de obras, algumas delas até de fibrocimento, que estavam a decorrer ou que iam arrancar dentro de poucos dias, um mês o mais tardar, em Setúbal. Designadamente, estava a falar do Museu de Setúbal – 3.ª fase, a recuperação das alas norte e nascente, estava o procedimento a fechar. A requalificação da escola EB n.º 2 de Setúbal - Santa Maria da Graça, o procedimento estava a fechar. Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Eficiência energética tinham um problema sério, visto que o Tribunal de Contas tinha levado tanto tempo a dar o visto que a empresa se tinha ido embora. Tinham tido que abrir um novo procedimento e indemnizar a empresa. Era só para ver o papel que o Tribunal de Contas fazia para uma situação que era de habitação pública, de gente altamente carenciada. Tinha sido explicado quinhentas vezes ao Tribunal de Contas. Depois, a substituição das coberturas dos edifícios escolares do concelho de Setúbal (fibrocimento), sem as confusões do Governo, da escola EB das Amoreiras, de Santa Maria da Graça e jardim-de-infância da Manteigada. Reabilitação da rede de água e saneamento da Aldeia Rica, Vila Nogueira de Azeitão. Requalificação da Rua dos Arcos e Rua Jorge de Sousa. Tinha sido um procedimento que tinha ficado deserto e tinham tido que o repetir, mas

também ia arrancar a breve prazo. As ruas Groot Pombo e Camilo Castelo Branco também iam avançar a breve prazo. A estrutura de contenção localizada entre a Rua Óscar e a Rua da Palhavã, que interessava a uns prédios, com um muro que estava a cair. A requalificação urbana e a mobilidade da Avenida dos Combatentes, que tinha vindo à última reunião e voltava naquele dia a minuta do contrato, para concretizar rapidamente. O projeto arquitetónico e paisagístico do miolo da rotunda do Largo Miguel Bombarda, que estava em curso. A requalificação do estacionamento do Forte de Albarquel. A pavimentação do loteamento da Quinta da Amizade - 2ª fase também estava em minuta do contrato. Tudo isso estava a avançar. Os trabalhos de contenção do Forte de São Filipe, no dia seguinte iria haver a assinatura do protocolo entre as várias entidades. Era uma obra que andava à volta dos 5 milhões de euros e que ia, também, arrancar a breve prazo, a par de outras obras.

Queria referir uma delas, que era muito interessante, que era a Rua Flávio Resende, uma rua que era o exemplo do desastre urbano de certas soluções que o Partido Socialista tinha encontrado no seu tempo, que era criar urbanizações em que as ruas estavam cortadas, fechadas, não fluíam, não se encontravam. Finalmente, tinha-se conseguido comprar e acertar com os proprietários dos terrenos a sua aquisição para a Câmara, para poder abrir uma rua que ia libertar a mobilidade de milhares de pessoas. Era uma rua pequena, mas era uma obra muito importante e muito relevante que também já tinha começado as terraplanagens.

Eram alguns exemplos das coisas mais importantes das quase 150 empreitadas que tinham, naquele momento, em curso. Em simultâneo, queria referir que tinham com as juntas de freguesia, em parceria, 86 obras em curso, de média e grande dimensão. Também tinham 30 ruas em pavimentação. Era uma informação genérica do andamento do trabalho nessa área.

Queria dar nota de que naquele dia tinham tido reunião da Comissão Distrital de Proteção Civil, que era presidida pela Sra. Presidente da Câmara, e, nessa reunião, tinham-lhe sido dadas duas notas de preocupação. A primeira era que, com a evolução da pandemia, estava-se a apanhar por tabela o crescimento da pandemia na Área Metropolitana de Lisboa. Apesar de se partir de um patamar baixo, estava-se a subir bastante, mas a partir de um patamar abaixo. Estava-se muito abaixo de outros. De qualquer maneira, estava-se a subir e isso era uma fonte de preocupação. A vantagem era que se tinha toda a gente em casa menos dois. Só se tinha dois no hospital e estavam na enfermaria, o que queria dizer que eram situações benignas. Do conjunto das pessoas, 60 e tal por cento que já estavam curadas. Portanto, isso queria dizer que não era uma situação muito grave, mas era uma situação em evolução.

Em relação aos jovens, tinha sido levantada a questão. A Sra. Presidente também tinha levantado a questão. Havia uma preocupação geral, não a preocupação de condenação ou de repressão, mas de alerta e de apelo, no sentido das famílias. Aos próprios jovens, naturalmente, e, também, às famílias. Estavam a falar, nalguns casos, de jovens dos 12, 13, 14 anos. Não estavam a falar só de jovens acima dos 18. Aliás, era muito nessa área, a faixa etária mais baixa, que os jovens estavam a ocupar os jardins, os parques, as praias.

Era interessante que essa temática, em Setúbal, tinha sido tratada de uma forma muito interessante. Primeiro, o nosso responsável da Proteção Civil tinha levantado o problema, depois a Sra. Presidente tinha sido questionada, pelo menos, duas vezes e tinha expressado a opinião do Município sobre essa matéria. Naquele momento, eram os próprios jovens a falar. A última notícia que tinha saído no JN tinha sido os jovens a dizer: "Nós, de facto, não estamos a cumprir", um a dizer que conhecia gente infetada e que ele próprio tinha estado infetado, tinha estado em casa, não queria infetar mais ninguém. Estava com esse problema. No fundo, tinha-se gerado ali uma discussão e do que precisavam era de uma campanha de sensibilização junto das camadas jovens, mas não era aí que estava só, nem preferencialmente, o nível de infeção comunitária. Era preciso ter isso em conta. Havia o espaço laboral, os transportes, certas zonas residenciais, haviam muitas fontes de contaminação comunitária. Não eram só os jovens, mas os jovens tinham dado essa expressão pública com o seu comportamento. Portanto, no fundo, era um apelo e era, digamos, um alerta nesse sentido, sobretudo aos pais, mas, também, à consciência dos jovens, porque, nalguns casos, eles não usavam máscaras e diziam "mas eu estou distante".



Eles sabiam que tinham que ter cuidado, mas não era fácil. Era essa a nota em relação à questão pandémica.

No distrito, a zona sul estava muito bem, desse ponto de vista. A zona norte estava a evoluir mais rapidamente, sobretudo, Almada, Seixal e Barreiro. Eram os que tinham mais casos, estavam num patamar bastante mais elevado. Naquele dia tinha havido um caso grave no Seixal, num lar. Havia várias coisas que estavam a acontecer e, sobretudo, por vezes, inopinadamente, em situações em que parecia que estava tudo controlado e, de repente, disparava. Portanto, ninguém estava livre que isso acontecesse, sobretudo por causa do carácter assintomático de muitas das pessoas infetadas.

No município, continuavam a tomar as medidas necessárias. Não tinham tido mais problemas e toda a reflexão que tinham feito com os diretores de departamento, no quadro da Comissão de Acompanhamento do Plano de Contingência, era de que a proteção dos trabalhadores estava a correr bem e que, as coisas a manterem-se assim, podiam continuar a trabalhar em segurança, que era aquilo que lhes interessava.

Uma outra questão que queria abordar tinha a ver com a questão dos fogos florestais. O dispositivo municipal e distrital estava a funcionar. Nunca tinha tido tantos meios e estava completamente posicionado para lutar com os incêndios, de acordo com o histórico e a experiência prática da evolução dos incêndios. Os sistemas de vigilância tinham sido altamente reforçados, mas estavam em aviso laranja até, pelo menos, ao dia seguinte, tendo em conta que a temperatura tinha crescido de uma forma brutal e ao fim do dia estava a fazer muito vento. Naquele dia, como dizia o comandante distrital, qualquer pequeno foco podia ser um grande incêndio rapidamente, tendo em conta a velocidade do vento e o calor que estava acumulado.

Queria registar uma preocupação particular com o facto de terem, muito rapidamente, casos de bombeiros com problemas, feridos e mesmo um morto, na Lousã. Em Castro Verde também tinham tido bombeiros feridos. Portanto, era uma situação bastante complicada, a que se juntava, no caso dos militares de intervenção imediata, também, casos de pessoas infetadas, que tinham acabado por limitar a capacidade de resposta dos meios aéreos.

Havia uma situação bastante complicada e, pelo significado que tinha o trabalho dos bombeiros e o papel dos bombeiros, naquela fase particularmente difícil, queria, em relação à situação verificada na Lousã, com um bombeiro falecido, com a permissão da Sra. Presidente, gostaria de pedir que pudessem fazer um minuto de silêncio, honrando, assim, esse bombeiro e, através dele, o conjunto dos bombeiros que estavam no terreno a dar o seu melhor, para salvar vidas e bens e, sobretudo, apelar a que eles tratassem de cuidar, também, da sua vida, para poderem cuidar dos outros.

A Sra. Presidente propôs e, por consenso, fez-se um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que, em primeiro lugar, queria agradecer os parabéns que o senhor Vereador Pedro Pina lhe tinha endereçado e, também, associar-se à saudação feita pelo Vereador Paulo Lopes, à Associação de Socorros Mútuos. Queria dar os parabéns a todos, na pessoa do seu presidente, que estava ali presente, Fernando Paulino.

Trazia uma preocupação que tinha a ver com a discussão que tinha sido ali feita sobre a questão das escolas. Tinha estado numa visita recente, havia cerca de 15 dias, à escola de Aranguez e, de facto, aquilo que se tinha constatado naquela escola era uma situação preocupante, não só de problemas gravíssimos de infiltrações, mas, entre outros problemas, também, a nível do estado das casas-de-banho. Portanto, havia uma série de problemas. Para além, evidentemente, da questão das placas de fibrocimento e do amianto que ainda se verificava em alguns edifícios daquela escola, não em todos, porque algumas já tinham sido substituídas. Ainda se verificava nalguns edifícios e isso era uma preocupação, porque se estava a aproximar o próximo ano letivo.

Ficava ainda mais preocupado com aquilo que tinha ouvido, porque tinha percebido que, provavelmente, ainda não seria no corrente ano ou antes do início do próximo ano letivo que essas situações seriam resolvidas. Não tinha percebido muito bem da intervenção do senhor



Vereador Ricardo Oliveira, que tinha falado nessa escola, mas não tinha percebido se já havia algum “*timing*” para que essas situações, nomeadamente do amianto, fossem resolvidas, ou não. Tinha falado na escola, mas, depois, não tinha chegado a perceber se havia já algo previsto e com que “*timing*” esperava resolver essa situação. Portanto, gostaria de apelar para que a Câmara Municipal, dentro das suas competências, fizesse o possível para resolver essas situações tão breve quanto fosse possível, porque, de facto, a situação da escola não era uma situação nada fácil, com problemas vários e a vários níveis, que afetavam toda a comunidade escolar daquela escola.

Sabia que havia outras escolas, também em situações idênticas, mas essa tinha sido a que tinha sido objeto de uma visita em que tinha acompanhado os deputados eleitos pelo PSD pelo Distrito de Setúbal e tinha verificado as condições em que, de facto, a escola estava a funcionar.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que queria, simplesmente, não na qualidade de vereador mas de Presidente da Associação de Socorros Mútuos Setubalense, embora não fosse essa a sua função ali, agradecer a saudação nas palavras do senhor Vereador Paulo Lopes e do senhor Vereador Fernando Monteiro, relativamente à passagem de mais um aniversário da instituição Associação de Socorros Mútuos Setubalense, que fazia, naquele dia, 132 anos de vida.

Partilhava essas palavras com todos os dirigentes e trabalhadores de todas as instituições da cidade. Era uma grande honra estar à frente da instituição havia vários anos, mas, também, era uma grande responsabilidade. No momento que se vivia era extremamente desafiante e difícil o compromisso que tinham para com a população setubalense. Essas saudações e essas palavras de incentivo partilhava com todos aqueles que, no terreno, naquele momento complicado das suas vidas, tinham a responsabilidade, quer de gerir, quer de trabalhar no apoio às comunidades.

Portanto, eram essas as palavras que queria deixar e o agradecimento por se terem lembrado do aniversário daquela centenária instituição da cidade de Setúbal.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria prestar alguns esclarecimentos sobre essa questão do fibrocimento, mas aproveitava para endereçar, também, uma saudação pelo 132.º aniversário da Associação de Socorros Mútuos e estender essa saudação a todos os sócios, associados e dirigentes do movimento mutualista, que era uma componente importante do setor cooperativo e social do país. Eram um dos setores previstos constitucionalmente e era importante que quem de direito, quem tinha essa responsabilidade e essa competência, também olhasse para esse movimento com o olhar devido e que atendesse às necessidades específicas, que tanto dirigentes como associados e o movimento, em concreto, necessitavam.

Relativamente às questões em concreto, sobre o fibrocimento, e o que tinha sido colocado especificamente, tanto pelo senhor Vereador Paulo Lopes, como pelo senhor Vereador Fernando Monteiro, começaria pelo senhor Vereador Fernando Monteiro.

Para esclarecer totalmente o aviso de candidaturas, as candidaturas eram para ser entregues só até às 17 horas, 59 minutos e 59 segundos do dia 30 de outubro de 2020. Portanto, era nessa data que tinham que ter as obras adjudicadas, para poderem ser elegíveis. Estavam a tratar disso. Tinham o projeto e estava tudo preparado. Naturalmente, não tinham previsto em orçamento essa intervenção. Estavam a trabalhar desse ponto de vista, também, para haver espaço para assumirem eles, porque não bastava lançar e, depois, esperar para ver se vinha para cá algum dinheiro, ou não. Era preciso cabimentar, era preciso haver, depois, disponibilidade, para poderem lançar o concurso. Era como a ampliação do hospital. Não bastava ter o projeto feito, era preciso terem o cabimento, era preciso terem os fundos disponíveis para poder lançar o concurso, independentemente de, depois, haver financiamentos. Portanto, estavam nesse trabalho, estavam muito adiantados. Era a escola mais adiantada de todas e assumiam que se iam empenhar ao máximo para a sua concretização.

Naturalmente, era preciso corrigir algo. Tinha passado uma mensagem na opinião pública que era até ao início do próximo ano letivo que essas obras iriam ser concretizadas. Não, o prazo de execução das obras era um ano após a assinatura dos termos de aceitação da aprovação da candidatura. Portanto, do ponto de vista da programação da obra, se as coisas corressem bem, seria para o próximo verão, que era o momento em que seria possível, numa escola com aquelas características, sem prejudicar o ano letivo mais do que já tinha sido prejudicado no corrente ano, quando havia espaço de tempo em que podia não estar ninguém na escola, para poder executar a obra.

Relativamente àquilo que eram as diligências no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e da Associação Nacional de Municípios, o grupo de trabalho metropolitano da Educação da Área Metropolitana de Lisboa tinha reunido no passado dia 6 de julho, tinha discutido essa matéria e tinha decidido uma questão unânime entre todos os vereadores. Não eram os vereadores eleitos nas câmaras de gestão CDU, não eram os vereadores eleitos pelas câmaras de gestão do PSD ou do PS. Todos os vereadores. Era fundamental, antes que o aviso fosse publicado, que os municípios tivessem acesso ao projeto de aviso, para poderem fazer correções, propor correções, algo que era uma prática comum. No dia 7 de julho, ainda não tinham distribuídas, entre os vários vereadores presentes, as conclusões da reunião, tinha sido publicado o aviso. Portanto, do ponto de vista da Área Metropolitana de Lisboa estava dito.

Sobre a Associação Nacional de Municípios, uma ou duas semanas antes, na altura da publicação do despacho, a Associação Nacional de Municípios, o seu Conselho Diretivo, tinha reunido para discutir um suposto protocolo, a assinar entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério da Educação, sobre esse projeto da remoção do fibrocimento. Um protocolo cujo texto que se tinha vindo a conhecer era apenas um compromisso de empenho da Associação Nacional de Municípios na divulgação e no empenho dos seus associados na concretização desse projeto. Ou seja, a Associação Nacional de Municípios, o seu Conselho Diretivo, não tinha tido a mínima preocupação em saber os termos em que esse projeto avançava, os termos em que as obras avançavam, os termos em que o Governo, de uma forma criativa, passava a sua responsabilidade para os municípios.

A Associação Nacional de Municípios, o Conselho diretivo, infelizmente, por maioria, tinha visto aprovar esse protocolo de cooperação, que não cooperava em nada em concreto, e que, infelizmente, no Conselho Diretivo, apenas o senhor Presidente da Assembleia Municipal do Seixal, Alfredo Monteiro, e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Ribau Esteves, se tinham pronunciado contra. Dos restantes membros do Conselho Diretivo, os eleitos pelo Partido Social-Democrata tinham-se absterido e os do Partido Socialista tinham votado a favor, muito empenhados nesse favor que tinham feito às câmaras municipais do país inteiro, na criação desse clima e desse contexto, em que aquilo que era responsabilidade de anos do Governo era anunciado como resolvido, se os municípios se empenhassem e assumissem as competências que eram suas, sem saberem, sequer, se iam receber o financiamento, ou não. Estava tudo dito sobre esses movimentos.

Agora, poderiam e sabiam que o conjunto dos municípios, pelo país inteiro, se estava a pronunciar e a denunciar essa situação que estava a acontecer. Esperava que fizessem como o Município de Setúbal, não estivessem presentes na iniciativa, na semana seguinte, independentemente do seu empenho e da assinatura, ou não, do acordo de colaboração. Que não estivessem presentes e a dar cobertura a mais uma iniciativa de “show-off” do Governo, em torno de uma iniciativa que era daquelas que havia uma expressão popular que dizia “eu, quando faço as coisas com os meios dos outros, sou o maior de todos”.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que era para saudar não só a associação mutualista - o que já tinha sido feito, entretanto, pelo Vereador Ricardo Oliveira -, mas aproveitava, também, para parabenizar a União Desportiva e Recreativa das Pontes, que, curiosamente, também fazia 45 anos. Portanto, era, de facto, uma riqueza para a cidade e para o município, com distintas funções, ter essa fortuna de ter um movimento associativo forte, com papéis diferentes e tão importantes para a nossa comunidade.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que era só para registar as saudações dos dois senhores vereadores.

Sr. Vice-Presidente – Disse que não queria chover no molhado, ainda que apetecesse com aquela “calorina”, mas a única intervenção que lhe estava a suscitar, de facto, era esse passa-culpadas a que já estavam habituados, numa situação crítica do país, não só por causa da calamidade – mas, também –, na maneira como os municípios estavam a ser tratados, quase que colocando-lhes uma armadilha para eles porem o pé e, depois, ficarem entalados num compromisso financeiro para o qual – não queria usar palavras fortes –, não eram chantageados mas eram, enfim, obrigados, para não dizer que não queriam resolver os problemas que eram do Governo, que já ia na terceira tentativa de resolver. A seguir à Parque Escolar, era a terceira tentativa de grande projeto de investimento em equipamentos públicos que o Governo fazia para resolver o parque escolar.

Como já tinha falhado duas e não queria falhar a terceira, vinha dizer “se os municípios não fizerem...” E, a seguir, os senhores vereadores que estavam eleitos nos municípios e os senhores deputados que estavam eleitos, pelo Distrito de Setúbal, na Assembleia da República, iriam dizer que “não foi feito porque o município não avançou”. Era esse o quadro que estava ali.

Isso não era um quadro de relações institucionais normais entre o Governo e os municípios. Os municípios estavam a assumir também, no quadro extraordinário provocado pela pandemia - sem olhar para trás, sem olhar a meios -, um conjunto de responsabilidades que não eram suas, eram do Governo, que não estavam estruturadas, que não chegavam ao terreno, que não chegavam aos municípios, mas estavam a assumi-las. Só esperava que o Governo não viesse a aproveitar-se disso, para dizer, “afinal, podem, podem”. Podiam em caso de extrema necessidade. Em caso de necessidade não havia outro recurso.

Agora, o Governo continuava sem um compromisso sério em relação à cobertura dos encargos que os municípios tinham assumido no caso da pandemia, à perda de receitas que os municípios tinham assumido no caso de pandemia e iam juntando outros fatores, como era o caso do amianto: “Ponham lá vocês... Primeiro, contratem, e, depois, logo se vê”.

Já estavam a passar uma fase em que já não era passar rasteira ao parceiro, já era um pouco de má-fé. Desculpassem lá, mas tinham que estar unidos. A família dos autarcas, independentemente das famílias partidárias, tinha que se unir em relação a esse tipo de procedimentos, porque se o Governo, naquele momento, fazia isso, não tinham dúvidas, fazia escola para o seguinte e para o outro. Tinham um histórico a dizer isso. Portanto, os autarcas, independentemente da bancada política que estavam a representar, tinham que tomar uma posição quanto a isso, porque do que se tratava, no final, era de um benefício para as crianças em idade escolar, para os jovens, para a população em geral, não era uma questão de negociata de contas, quem é que pagava e, depois, quem é que ia retirar os louros.

Era com isso que andavam, naquele momento, a ser confrontados. Houvesse uns que pagassem e, depois, logo se compensava, numa parte, pelo menos, e logo se via, mas os louros, até antecipadamente retirados, já avançados pelos representantes do Partido Socialista na autarquia, seriam sempre do Governo. Não os queriam, até os dispensavam. Os autarcas, se calhar, até dispensavam os louros, porque se via o que é que ficava feito. O esforço que deviam estar a fazer não era para recolha de louros, era para todos, independentemente das bancadas, apontarem as baterias ao Poder Central, para que não fizesse jogos - joguinhos de contas ou joguinhos de retirar vantagens, em termos de assunção dos louros -, mas que pusesse os meios à disposição dos municípios que se dispunham a fazer parcerias, para que a obra se fizesse.

Nesse plano, estavam a ver um caminho que levava os municípios a serem inculcados, a serem acusados daquilo que faziam em vez do Governo. Isso não era minimamente admissível e tinha que ser combatido. Ali, evocava os membros de todas as bancadas a porem um termo nesse tipo de procedimentos, inclusive os membros do Partido Socialista. Era bom que o fizessem.



Sra. Presidente – Disse ao senhor Vereador Paulo Lopes que, ali, havia algum nervosismo latente, relativamente àquilo que podia ser o futuro do Governo. Não estavam a discutir o orçamento. Não estavam. O senhor vereador estava preocupado em transmitir a preocupação do Governo em relação à não aprovação do orçamento.

Não estava ali a defender o seu grupo, a sua bancada parlamentar na Assembleia da República, porque confiava no meu seu partido, confiava naquele grupo parlamentar e achava que eles sabiam bem defender-se. Portanto, isso cabia-lhes a eles. Quando eles não votavam favoravelmente ou votavam favoravelmente ou se abstinham tinham um grande sentido de Estado e de responsabilidade. Sabiam o que é que estavam a fazer e sabiam quando é que podiam viabilizar ou quando não podiam. Sabiam e, ali, eles também sabiam, enquanto militantes. Não era isso que estavam ali a discutir, não estava a discutir o orçamento.

O senhor vereador estava preocupado, porque, naquele momento, tinha a viabilização PSD, dos seus amigos, que aquilo era tudo assim meio esbatido. Já o tinha dito ali mais do que uma vez e tornava a dizer: Não estavam preocupados com o retificativo, porque estava assegurado, estava preocupado já com o próximo. Estava próximo, por acaso, estava próximo. Estava aí, quase à porta. Mais uns mesitos e estava aí, à porta. Estava a notar que estava preocupado com o próximo.

Confiava no seu grupo parlamentar e não era isso que estavam ali a discutir. Já lhes tinham dado muitas hipóteses, mais do que aquelas que gostaria que tivessem tido. Já também tinha dito isso ali, várias vezes, porque o retorno era sempre esse. O retorno do Partido Socialista era sempre esse, era uma certa arrogância quando estavam no poder e o maltratar, especialmente, no que lhe dizia respeito, dos autarcas, por parte de algumas pessoas, que, provavelmente, não podiam lá estar ou não deviam lá estar. Se não tinham apetência para lá estar, não deviam lá estar. Eram situações de missão, eram lugares de missão. Os lugares deles e os dos autarcas eram lugares de missão. Quem não queria ir para esses lugares não ia. Ninguém os obrigava a estar ali.

Isso era outra coisa. Não estavam a falar da bancada do PCP e do Orçamento de Estado, nem naquilo que podia acontecer, nem estavam a falar com o PCP.

O senhor vereador também andava um bocadinho baralhado. Nas suas últimas declarações, salvo erro ao “Setubalense”, tinha dito que o modelo do PCP estava esgotado. O senhor vereador estava enganado. Sabia porquê? Não era o PCP, era a CDU. Não sabia se sabia. É que isso já durava havia tantos anos, essa coligação. Era uma questão de respeito, porque tinham parceiros e, portanto, dava ideia... Eles, por acaso, até estavam sentados. O Presidente da Assembleia Municipal era dos Verdes. Havia que ter respeito pelas pessoas. Eram uma coligação, portanto, tinha que retificar as suas declarações: “A CDU está esgotada”. Não era o PCP, era a CDU.

Isso não era tão ingénuo assim. Não lhe dava vontade de rir, porque isso não era tão ingénuo assim. essa coisa do “carimbo”. Era importante as pessoas não esquecerem o “carimbo”. Estava enganado, porque também lhes devolvia o “carimbo”. A seu tempo, iria ver os “carimbos” que iriam ter. A troca de “galhardetes” era assim. Isso não era ingénuo: “O PCP está esgotado”. Isso não era por acaso.

Era uma questão de verdade. Era uma coligação e não estava esgotada. Já iam no sétimo mandato e iam ver se, na próxima vez, não iriam ao oitavo. Não estavam esgotados. O trabalho estava na rua, iria ver que não estavam esgotados. O senhor vereador que tivesse cuidado com as insinuações, como aquela do “foi sem querer”, aquela em que tinha dito PCP e, depois, mais à frente, tinha dito CDU (“deixa-me lá retificar”). Estava lá escrito.

O senhor vereador é que era o Presidente da Concelhia do Partido Socialista. Nunca sairia do seu partido. Se algum dia saísse daquele partido não haveria nenhum que a satisfizesse. Já a tinham convidado para alguns partidos e não estava lá. Estava aí a resposta. Não valia a pena, porque as pessoas sabiam ver isso.

Em relação às questões do desemprego, não tinha dito que estava tudo bem. Tinha dito que o desemprego tinha sido pouco e até tinha dito o nome das empresas que tinham feito o desemprego. Então, que visse a peça. Até tinha dito o nome das empresas. A primeira tinha

4

dito que tinha fechado logo em março e que eram poucos trabalhadores. Achava que não tinha dito o nome, mas tinha dito logo que em março tinha fechado uma empresa, com poucos trabalhadores. Recentemente, tinha havido uma outra situação, porque a aeronáutica estava parada e também se compreendia aquele despedimento. Na sua opinião, também se compreendia. Os sindicatos podiam não estar de acordo, mas era a sua opinião. Compreendia-se, tinha sido uma empresa que tinha iniciado com 80 trabalhadores e tinha chegado aos 800. Portanto, se, numa situação daquelas, tinham dispensado 100 e tal pessoas, só esperava que rapidamente pudessem, outra vez, reintegrar as pessoas e até aumentar o número desses trabalhadores. Era o que esperava.

Não tinha dito que era tudo maravilhoso, tinha dito que não estávamos em situação de grande preocupação. Estava tudo calmo, era verdade. Queria o senhor vereador que tivesse dito o cenário catastrófico que tinham encontrado ali no ano 2002? Não podia ter dito, não tinha sido verdade em relação a tudo. Gostariam que dissesse “isto está muito mal, isto está assim...”? Não era verdade. Tinha estado muito mal, tinham passado a pandemia e, mesmo assim, estava calmo. Gostariam que não estivesse tão calmo, seria sinal que estava tudo a “bombar”, que os turistas estavam aí, que estavam, praticamente, a atingir o pleno emprego, porque os dados que tinham, relativamente às pessoas que estavam desempregadas, era que já eram pessoas com grande idade, que já não conseguiam ser enquadradas no mercado de trabalho. Eram pessoas doentes.

Tinham feito a estratificação dos números de todos os que estavam desempregados, um baixo número, que raiava o pleno emprego. Tinha aumentado, até 30 de junho, 500 desempregados, ou não tivesse os números. Queria que dissesse que isso era catastrófico? Perante uma pandemia daquelas? Não era, não era catastrófico. Ainda não era catastrófico. Lamentava os 500 desempregados, mas queriam que dissesse que em Setúbal estava tudo mal? Não estava. Não dizia nem pintada. Defendia a cidade com unhas e dentes e não iria dar uma imagem, desde logo, daquilo que não era e, depois, se fosse, também tentaria proteger e acautelar, no sentido de que a publicidade e o “marketing” não se tornassem tão negativos que viessem a ser prejudiciais para Setúbal. Isso não fazia, nunca faria, nem nunca tinha feito quando estava mal. Não ia fazer, até porque não correspondia à verdade.

Em relação aos jovens, era uma realidade. Estavam a tentar conversar com os jovens. Estavam a assistir, à noite, a noites muito inquietas, de pichagens nas paredes, de pichagens nos equipamentos públicos. As peças escultóricas estavam a ser, também, pichadas. Aquilo não era nada. Estavam a ter preocupações com essas noites de vandalismo. O parque infantil do Bonfim ainda não estava acabado e já tinha sido vandalizado. Naquele momento, já estava acabado e iam ver o que é que acontecia. Portanto, estavam preocupados com esses jovens. Compreendiam a aflição dos pais em relação ao que era ter miúdos de 16, 17, 18, 19, 20 anos em casa, dia após dia, sem aulas. Não havia telescola, não havia nada. Estavam de férias, não havia nada e estavam preocupados, quer com eles quer com os pais deles. Não era fácil condicionar isso e dizer que só andavam de 10 em 10. Não estava a ser fácil.

Havia muita pedagogia e muita intervenção policial, sempre com uma atitude positiva. Tinham feito muitas conversas. Mesmo nas reuniões do Conselho Distrital tinham muitas conversas com a GNR e com a PSP, no sentido de não haver nunca atos de violência. Isso tinha estado a ser cumprido. Eles também tinham respeitado as autoridades.

Só da Galé tinham vindo 11 ou 12 infetados. As últimas festas tinham estado a aumentar o número, o que era preocupante. Estavam a ter, também, muita gente curada. Só havia duas pessoas hospitalizadas e, portanto, o Centro Hospitalar de Setúbal tinha conseguido dar bem conta do recado, porque não tinha havido uma grande afluência, mas gostariam de estar a andar para trás e não de estar a aumentar os números.

Em relação a D. Manuel Martins, já existia um largo, em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Tinha sido inaugurado no ano passado. Estava a ser feita uma estátua, que a Câmara tinha mandado fazer, para oferecer por ocasião do aniversário do nascimento do D. Manuel Martins. Estava na fundição naquele momento. Estava feita, já tinha ido para a fundição e iam fazer a rampa. Iria ser colocada na igreja da Sé, porque tinha sido aí a sua primeira igreja em Setúbal. Estavam a preparar a obra da cantaria como se estivesse a subir,

senão ficava lá muito em cima e ficava um pouco longe. Estava a escadaria e estava aquele varandim em pedra, que, depois, podia não se ver. Era uma obra do Município de Setúbal. Estava lindíssima. Estava a ser feita por uma setubalense, Maria José Brito. Estava lindíssima e já tinha sido aprovada por todos menos pela Presidente da Câmara. Tinha tido que ser alterada, porque mais parecia outra pessoa que não ia dizer. Não era má, mas era outra pessoa. Quando foi ver a estátua tinha dito: “Esse senhor não é o D. Manuel”. A artista tinha dado um toque, tinha ido lá uma segunda vez e tinha dito o mesmo. À terceira vez estava lá o D. Manuel. As pessoas que tinham aprovado muitas vezes tinham dito que “parecia mesmo, mas, agora, é”. Parecia, mas tinha passado a ser o D. Manuel. Depois de tudo aprovado – tinha sido durante o confinamento que tinham ido ver e tinham ido fazer as aprovações -, já tinha ido para a fundição.

Era o Município de Setúbal que ia oferecer à diocese uma estátua de D. Manuel Martins, porque era de toda a justiça, por aquilo que ele tinha representado para todos os setubalenses, para a região e, até, para o nosso país.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que queria dar os parabéns pela decisão. Obviamente que não fazia a mínima ideia, mas queria dar os parabéns, porque achava que era merecido, era justo e era uma referência na cidade, para católicos e não católicos, para todos. Era uma pessoa que tinha unido e, portanto, devia ficar para a nossa memória coletiva futura, sem dúvida.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, se lhe fosse permitido, relativamente ao local onde iria ficar a estátua, que era a Sé - não tinha nada a ver com o local, tinha mesmo a ver com a Sé -, se não haveria hipótese de a autarquia, junto da diocese, que tinha a responsabilidade, pedir para abrir a Sé ao público, porque estava sempre fechada. Enquanto município e autarca da freguesia tinha-se batido sempre por isso. A Sé estava sempre encerrada para os visitantes e para os setubalenses que a queriam visitar. Era uma coisa que não se entendia.

Sra. Presidente – Disse que já tinham feito um protocolo com o município, que iam abrir umas horas e nada.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, se era uma questão de pagar a uma pessoa para tomar conta daquilo, que se pagasse. Nas outras cidades, em qualquer país, tinham uma pessoa e pagava-se um euro ou aquilo que fosse. Visitar era um direito que todos tinham.

Sra. Presidente – Disse que já tinham oferecido isso. Para todos era extremamente importante, mas, para quem nos visitava e fazia turismo religioso, iam editar um livro sobre as igrejas que existiam em Setúbal. Não lhes passava cabeça o número de igrejas que existia. Era um livro bilingue. Estava, também, em fase de conclusão. Naquele momento, estava num tradutor. Tinha sido feito por Horácio Pena e Carlos Mouro. O livro tinha sido todo revisto pelo Padre Rosmaninho e tinha sido aprovado. Estava, naquele momento, a ser feita a tradução para inglês, para ficar bilingue.

Disse que no dia anterior tinha sido dia de reunião da Comissão Municipal de Toponímia. Tinha sido aí que tinha sido atribuído às freguesias aquilo que tinha sido proposto em cada uma das freguesias. Essa avenida não tinha vindo bem preparada pela junta de freguesia e, portanto, tinha sido proposto pelo membro Carlos Batista, deputado municipal. Tinham concordado de imediato e tinha sido votada por unanimidade a Avenida Paula Costa, que já estava na lista havia alguns anos, para a atribuição. Tinham estado sempre à espera de um espaço condigno, porque havia sempre coisas pequenas. Também tinha sido num sítio novo. Não se estava a fazer novas urbanizações, aí é que iam aparecendo sempre ruas novas e com alguma dignidade.

Aquela tinha sido uma oportunidade. Era uma nova avenida, um novo troço. No topo dessa avenida havia mais quatro ruas. A rua de cima tinha ficado com o Doutor Ireneu Cruz, que,

4

além de médico, era, de facto, um homem ligado ao colecionismo e às artes e um homem que tinha escrito alguns livros. Portanto, ela ficou a tomar conta da Cultura. Tomou conta do Ireneu Cruz, do Manuel Bola (Ator), do Álvaro Félix (Ator) e do Rui Serôdio (Músico). Aquelas transversais eram todas ruas por ali fora. Portanto, a senhora Vereadora da Cultura tinha ficado a tomar conta da Cultura. Tinha sido esse o espírito, porque também tinha proposto que ficasse assim arrumado. Gostava de tudo arrumado. Achava que era justo e era uma homenagem justa.

Outra questão era que o senhor Vereador Manuel Pisco não podia pedir ao Partido Socialista para resolver o problema dos processos do amianto. Não pedia nada ao Partido Socialista. Havia ali um deputado da Assembleia da República, mas ele não mandava nada no Governo, nem os senhores vereadores que eram ali vereadores. Quem tinha que resolver isso era o Governo e tinha que atender os autarcas. Podiam ir com eles ou podiam ir sozinhos ("Eh, pá! Quando é que se resolve isto?"), agora, nunca mais podia dizer: "Ah, podiam lá meter uma cunha". Quanto mais diziam isso menos eles metiam. Quanto pior, melhor. A reunião tinha sido pedida em setembro e não em dezembro, como tinha dito - estava quase a fazer um ano -, para tratar de Educação. E Saúde era outra.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu a seguinte saudação pelos 50 anos de carreira do cantor setubalense Clemente, cujo original fica arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

"A Câmara Municipal de Setúbal, saúda o cantor Clemente, pelos seus 50 anos de carreira, comemorados recentemente.

Clemente, nasceu no bairro do Tróino, em Setúbal, no dia 25 de maio de 1955.

Começou por fazer parte do grupo de baile "Os Pumas" que mais tarde mudaram de nome para Antecipação tendo lançado um disco em 1972.

O seu primeiro disco a solo, foi lançado em 1973, para a editora Rapsódia no Porto com quatro versões: "Céu" ("Ciel" de Gil Chazal), "Hello, Amor" ("Hello, my love" de Theo Van Es), "Meu Bom Jesus" e "Escuta-me" ("Escuchame" de T. Martinez).

De 1973 a 1979 edita anualmente um disco geralmente com versões, incluindo a versão portuguesa das canções vencedoras do Festival da Eurovisão, tendo feito a primeira incursão pela música tradicional portuguesa em 1978 com o LP "Cantigas Que o Povo Fez".

Em 1980, obtém um dos seus maiores sucessos com "Vais Partir", com que recebe disco de Prata, Ouro e Platina, a primeira canção que grava para a editora Rossil.

Os sucessos prosseguem com "Canção dos Teus Cabelos" e "Balada dos Caçadores", com que participou no Festival da Canção da Rádio Comercial.

Em 1983 assina contrato com a editora Polygram editando o seu primeiro single para aquela editora com a canção "Amore Mio" recebendo disco de Ouro com o selo daquela editora.

Viajou pelas várias comunidades portuguesas, levando o nome de Setúbal consigo, recebendo sempre fortes e calorosos aplausos e o apoio incondicional do público.

Participa no Golden Orpheus Festival em Slanchev Briag (Bulgária/1984), Yamaha Song Festival Tóquio (Japão/1984), Festival Internacional de la Cancion y de la Voz em Porto Rico/1984, Canzoneta Malteza - Malta/1985, Festival do Mediterrâneo Turquia/1989 e Tel Aviv (Israel/1990) onde recebe vários prémios, nomeadamente de interpretação.

Em 1995 muda de editora, assinando contrato com a Vidisco e lança o CD "Romântico" onde consegue mais uma vez um Disco de Ouro.

Em 1996 o cantor setubalense de renome internacional grava o CD "Pelo Meu Caminho" com arranjos de Ramon Gallarza, José Marinho e Hernâni Raposo onde é apresentado pela primeira vez a canção "Colmeia do Amor", outro dos estrondosos sucessos da carreira do cantor.

No mesmo CD aparece pela primeira vez o dueto "Tu Só Tu" com Alexandra, versão portuguesa do sucesso internacional "Something's Stupid" interpretado originalmente por Frank Sinatra e sua filha Nancy.

A comemorar 35 anos de carreira lançou o CD "Sinto Amor no Ar" com o selo Vidisco.

Em 2010 lançou o seu site oficial e edita ainda o disco "Viagens".



Clemente é presença assídua nos diversos programas de canais da televisão portuguesa, bem assim como em muitos canais internacionais.

Tendo conquistado vários Discos de Prata, Ouro e Platina durante uma longa carreira, recheada de inúmeros sucessos, Clemente é certamente um dos nomes mais respeitados e aplaudidos do panorama musical português, o que o obriga a inúmeras actuações em território nacional constantemente e a viajar frequentemente pelo mundo para cantar para os nossos compatriotas, mas não só.

Clemente edita no final de 2019 o cd "Promessas de Amor" escrito em parceria com Luís F. D. Batista, um músico português emigrado na Alemanha, com o selo Ovação e com o qual inicia a comemoração dos cinquenta anos de carreira.

Ao longo da sua carreira, Clemente foi agraciado com as seguintes distinções:

Cavaleiro Honorário da Casa de Bragança - Cruz de Mérito

Cavaleiro da Ordem Real do Leão do Ruanda

Medalha de Mérito da Casa Real da Geórgia

Nobilis Academia Sancti Ambrosii Martyris - Académico D'Onore

La Diputacion Del Capitulo Noble de Fernando VI - Cruz de Mérito

Real Venerável E Muy Nobre Confraria do Santo Condestável São Frei Nuno De Santa Maria Álvares Pereira - Confrade Professo - Patrono - Insígnias

The International Crusade For Holy Relics - Prayer Knight

Fundação Histórico Cultural Oureana - Prémio de Carreira - Rei da Música Ligeira Portuguesa

Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa – Medalha de Mérito

Confrade da Confraria Gastronómica do Dão

Cidadão Honorário da Cidade S. Juan de Puerto Rico

Assim, e ao comemorar os 50 anos de carreira a Câmara Municipal de Setúbal, saúda o cantor Clemente pela sua carreira de sucessos e de temas ímpares para a história da música portuguesa e que seja considerada proposta de atribuição da medalha de honra da cidade, classe atividades culturais ao cantor Setubalense".

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tinha tido oportunidade de cumprimentar o Clemente antes da saída do trem elétrico que tinha percorrido a cidade no domingo e de lhe dar os parabéns. A vida era mesmo assim. Portanto, os artistas da cidade tinham as suas relações e as suas proximidades.

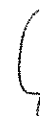
Aquele executivo municipal, como tinham acabado de ver nas palavras da Sra. Presidente – se calhar, era uma característica dos comunistas e daqueles que junto deles faziam aquela governação -, não confundia as coisas, ao contrário de outros. Não confundiam as coisas e o que era justo era justo.

O cantor Clemente era um cidadão setubalense, 50 anos de carreira eram 50 anos de carreira. Portanto, obviamente que também se associavam a essa saudação e queriam, ali, dizer que tinham tomado a decisão de disponibilizar o Fórum Municipal Luísa Todí para assinalar 50 anos de carreira com um concerto do cantor Clemente.

Teriam muito gosto em fazê-lo no Fórum Municipal Luísa Todí, porque só se fazia uma vez na vida 50 anos de carreira. Tinha-lhe dito: "Você não se engane, 50 anos de carreira mas já tem 70 anos de idade". Ele tinha sido muito simpático para com o executivo da Câmara Municipal naquele dia.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que era apenas para referir que se associavam àquela saudação e, portanto, endereçavam os parabéns ao cantor Clemente, pela sua excelente carreira, que eram 50 anos, eram muitos anos.

Sra. Presidente – Disse que estava assumida, por unanimidade, a saudação. A proposta da medalha ficaria para a reunião de 12 de agosto, em que iriam votar em todas as pessoas. Tinha-se proposto, mas, depois, iria à votação.



Sr. Vereador Paulo Lopes - Leu o seguinte voto de pesar pela morte do Padre Manuel Vieira, cujo original fica arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

“A Câmara Municipal de Setúbal expressa o seu profundo pesar e consternação pelo falecimento do Pe. Manuel Vieira, antigo pároco da igreja da Anunciada.

Homem de coração sensível e de exemplar amor ao próximo, sempre disposto a ajudar e a servir, em particular os mais vulneráveis e fragilizados, o Pe. Manuel Vieira deixa um importante legado de solidariedade social à cidade de Setúbal, nomeadamente o Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Anunciada, o seu grande projeto e obra que fundou e ergueu, permanecendo nos dias de hoje com uma referência da nossa cidade na integração, no apoio e prestação de cuidados polivalentes a idosos, crianças e jovens.

Nascido a 5 de maio de 1922, em Assentis, Torres Novas, foi ordenado presbítero, na Sé de Lisboa, no dia 29 de junho de 1953, tendo sido nomeado pároco da Anunciada, em 1963, missão que desempenhou durante 35 anos, até janeiro de 1998, permanecendo no entanto como administrador das Obras Sociais da Paróquia até outubro de 2005, data a partir da qual assumiu o título de Pároco Emérito da Anunciada.

À família do Pe. Manuel Vieira, bem como à comunidade da Paróquia N.ª Sra. Anunciada Setúbal, ao Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Anunciada e à Diocese de Setúbal, a Câmara Municipal de Setúbal, apresenta as mais sentidas condolências, na certeza de que a luta e o combate contra às desigualdades e a promoção da solidariedade social, assente no serviço ao próximo, são a melhor homenagem que podemos prestar à sua memória e a melhor forma de perpetuarmos o seu exemplo e o legado que, de forma indelével, nos deixou e tanto marcou”.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que gostaria de complementar aquele voto de pesar. Eventualmente, era das pessoas presentes que mais tinha privado com o padre Manuel Vieira. Ele tinha-o batizado, tinha-lhe dado a Primeira Comunhão, tinha-o casado, tinha batizado os seus filhos. Portanto, havia uma ligação sentimental muito forte.

Naquele dia tinha saído no jornal “O Setubalense” um texto de opinião de um outro grande homem, do doutor Mário Moura, a falar do padre Manuel Vieira, em que o descrevia como um verdadeiro Pescador de Homens. Essa era uma frase que, realmente, para quem o tinha conhecido e tinha trabalhado de perto - tinha vivido toda a sua infância e adolescência -, definia o padre Manuel Vieira.

Sra. Presidente - Leu o seguinte voto de pesar pela morte do Padre Manuel Vieira, cujo original fica arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento, no passado dia 5 de julho, aos 98 anos, do padre Manuel Vieira.

Manuel Vieira destacou-se como pároco da Anunciada, e, acima de tudo, pelo trabalho social desenvolvido durante a sua longa e profícua vida.

O melhor e mais importante exemplo da sua permanente dedicação aos outros é, sem dúvida, a edificação do Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Anunciada, importante instituição de solidariedade social do concelho de Setúbal que resulta, em larga escala, do profundo empenho do Padre Manuel Vieira. Outro exemplo do trabalho imparável que desenvolveu é o Clube Stella Maris, instituição edificada numa zona do concelho que, durante boa parte do século passado, foi marcada por fortes carências sociais e económicas. Ali, muitos encontraram o imprescindível apoio que necessitavam, embora a pobreza continuasse uma condição permanente. Ali, muitos acederam, pela primeira vez, a atividades culturais, nomeadamente a animadas sessões de cinema dominicais.

Toda a região de Setúbal fica com uma dívida de profunda gratidão a este homem, encargo que apenas será satisfeito com a memória que os setubalenses dedicarão a padre generoso que dedicou a vida a melhorar a vida dos outros.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidas condolências à família de Manuel Vieira, assim como à Paróquia da Anunciada e à Diocese de Setúbal”.

A Sra. Presidente propôs e, consensualmente, fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 01 de julho de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

2. Deliberação n.º 222/20 – Proposta n.º 56/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Adenda à Deliberação n.º 172/2020, de 3 de junho de 2020 - Procedimento ao abrigo do DL n.º 29/2011, de 28.02, para determinação de adjudicatário em contrato de gestão de eficiência energética, destinado à implementação de medidas de melhoria de eficiência energética no sistema de iluminação pública no Município de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 13, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 223/20 – Proposta n.º 57/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Acordo para constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes – Alteração do objeto do concurso

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU, 1 voto contra do PSD e 3 abstenções do PS.

4. Deliberação n.º 224/20 – Proposta n.º 58/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP - Concurso Público n.º 13/2020/DAF/DICOMP/SECOMP, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a conceção, construção e exploração de 3 parques de estacionamento no subsolo na cidade de Setúbal – Alteração das peças do procedimento

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 18.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que o Partido Socialista se tinha manifestado contra quando aquele regulamento e aquela proposta tinham sido apresentados, pelos motivos que eram amplamente conhecidos.



Aquela proposta não alterava em nada os fundamentos que os tinham levado a votar contra. Pelo contrário, numa primeira análise, até retirava 240 novos lugares que iriam ser criados com aquele parque subterrâneo. A proposta era muito vaga sobre o motivo por que iriam ser retirados, apenas dizia que havia uma pretensão de remodelação.

Portanto, gostariam de saber por que é que isso entrava em conflito com essa proposta. Já tinham percebido que se pretendia que se fizesse um parque de estacionamento na zona mesmo por baixo de onde era a arena atualmente, mas era uma das questões que tinham: Por que é que conflituava?

A segunda pergunta que tinham era que dizia na proposta que havia uma pretensão. Era uma pretensão da Câmara ou era uma pretensão de um privado? Essa intervenção estava assegurada ou era, apenas, uma pretensão?

Sra. Presidente – Disse que era uma pretensão da Câmara. Estava, naquele momento, a fazer-se o projeto de reabilitação da praça.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, da forma como estava escrito, dizia que tinha sido apresentada à Câmara uma pretensão. Dava ideia que tinha sido um privado que tinha apresentado. Estava a questionar, porque estava escrito: “Foi apresentada a esta Câmara uma pretensão de remodelação”. Não tinha sido apresentada à Câmara, a Câmara é que tinha a pretensão, mas dava a ideia que era um terceiro que queria fazê-la.

Em relação à retirada e à alteração que era feita depois, ao nível do concurso, tinha-se alterado só a questão dos 3 lugares para 2 lugares, ou seja, tudo o resto tinha-se mantido, por aquilo que tinha percebido.

A questão deles era a seguinte: Se ia haver anulação de um parque de estacionamento subterrâneo que representava o menor encargo para o concessionário, deveria haver uma compensação, um aumento da compensação para o Município. Ou seja, a Câmara tinha lançado um concurso público com determinada estrutura financeira, em que o concessionário teria que amortizar, naturalmente, 3 parques de estacionamento – 3 e um 4.º, que seria, depois, o do terminal -, ao retirar um parque de estacionamento que tinha uma quantificação - de memória, não sabia se a proposta inicial tinha essa quantificação, se era 1 milhão de euros, se era menos, se era mais, havia de ter um valor -, a Câmara, ao estar a alterar, mas mantendo os mesmos pressupostos da renda mensal, que eram os 20 por cento sobre a renda efetiva bruta, ou ao manter, por exemplo, o prazo de 40 anos da concessão, etc, estava, de alguma, forma a retirar um investimento que tinha um peso financeiro, mas não estava a ser “ressarcida” desse investimento que estava a retirar. Portanto, isso alterava depois, de alguma forma, o estudo financeiro que tinha sido feito para se chegar àqueles valores.

(Pensava que a Sra. Presidente estava a perceber, porque a alteração que tinham feito tinha sido, apenas, só de Português, tirar de 3 para 2).

Gostaria de perceber porque é que tinham decidido avançar assim e não refazerem esse cálculo, porque, efetivamente, o futuro concessionário do parque de estacionamento ia ter um investimento inferior àquilo que tinha sido inicialmente previsto e, portanto, não necessitava de tantos anos para amortizar esse investimento ou poderia pagar uma renda superior. Para já, eram essas as dúvidas que tinham.

Sr. Presidente – Disse que fazia uma explicação muito pouco técnica, muito comezinha, mas queria que a engenheira Fátima, que tinha estado nas contas - na equipa, mas com os advogados e com o engenheiro Madeira -, fizesse a explicação mais técnica dessas contas.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que, embora algumas das questões que queria colocar já tivessem sido colocadas pelo Vereador Paulo Lopes, de facto, também tinha essa dúvida, pela forma como estava redigida a proposta, se a apresentação tinha sido feita por um privado ou se era um projeto da própria Câmara Municipal.

4

Já estava esclarecido que era um projeto da Câmara Municipal e, portanto, quem ia construir o parque de estacionamento subterrâneo que se estava a eliminar do concurso público seria a Câmara. Portanto, seria a Câmara a ter esse custo de construção desse parque. (No âmbito desse projeto, não sabiam bem, ainda, o que é que estava previsto, mas lá chegaria a altura em que teriam conhecimento).

Isso prendia-se, de facto, com a outra questão: Se a Câmara Municipal ia ter um custo acrescido na construção de um parque de estacionamento subterrâneo, que estava previsto ser construído pelo concessionário a quem fosse adjudicada a concessão, evidentemente que havia aí uma vantagem para o concessionário, porque não teria esse custo.

Não lhe parecia, pela proposta que ali vinha, que tivesse sido contemplada qualquer compensação pelo facto de não terem um custo – ainda era um custo elevado – com a construção desse parque, porque aquilo que tinha vindo à Câmara era, tão-só e apenas, a alteração de 3 para 2 e, portanto, a apresentação de novos documentos sobre essa alteração. Para além disso, perguntava se, de facto, ia haver essa compensação, nomeadamente para os munícipes, ou não, ou se se pretendia aprovar a proposta tal como estava - porque, ao que parecia, não estava previsto -, ou, eventualmente, retirá-la, para a trabalhar nesse sentido.

Aquele processo já era um processo longo e já tinha tido uma primeira proposta na Câmara, que, depois, tinha acabado por ser anulada, devido a uma irregularidade do concurso. Depois, tinha tido o lançamento do segundo concurso, que era o que estava em vigor e que estava a ser tramitado.

Naquele momento, vinha aquela alteração e gostaria de saber em que fase é que estava o concurso que estava publicado. Se não estava equivocado, pensava que tinha sido publicado no jornal oficial a 13 de maio e o prazo para apresentação de propostas era de 30 dias, logo, o prazo para apresentação de propostas já tinha decorrido e, portanto, era suposto já ter havido, ou não, apresentação de propostas.

Gostaria de saber se, efetivamente, durante esse prazo, tinha sido apresentada alguma proposta por algum interessado para esse concurso, porque, se tivesse sido, tinha algumas dúvidas de legalidade sobre a proposta que estava a ser apresentada ali. Havia um princípio, nos contratos públicos, da imutabilidade - a expressão técnica não era essa, mas era a que lhe ocorria, ia dar ao mesmo - das propostas, depois de elas terem sido apresentadas, portanto, tinha dúvidas.

Não estava a dizer que poderia ser ilegal aquela proposta que vinha ali. Tinha dúvidas, do ponto de vista jurídico, se não estaria a ser cometida alguma ilegalidade. Portanto, teria que ter tempo para se debruçar melhor sobre a questão, mas levantava - ou deixava, pelo menos, em aberto - essa questão, uma vez que as propostas podiam ser alteradas. Existiam prazos no Código para alteração das propostas e para correção de erros. Aliás, o artigo do Código de Contratos Públicos que estava ali como fundamentação para essa alteração tinha a ver com a correção de erros, omissões e pedidos de esclarecimento pelos interessados, mas o que estava a ser feito era uma alteração das regras a meio do jogo ou já quase no final do jogo, por parte da entidade adjudicante. Isso, não sabia se não violava o tal princípio da imutabilidade das propostas, se elas, efetivamente, já tivessem sido apresentadas dentro do prazo que tinha existido e que já tinha terminado.

Era sabida a posição deles sobre aquele concurso, sobre a decisão da Câmara de aumentar o estacionamento tarifado - e aumentá-lo em muito - na cidade de Setúbal, continuando a sobrecarregar os setubalenses, principalmente numa altura como a que se vivia, com mais esse encargo, de ter que suportar custos altos com o estacionamento, nomeadamente em zonas residenciais.

Para além disso, também entendiam que o prazo de 40 anos era uma vida. Ao estar a concessionar, por 40 anos, o estacionamento tarifado, ficaríamos, durante 40 anos, ligados a uma empresa. (Fosse qual fosse, era a que viesse a ganhar o concurso, a quem iria ser adjudicado). Parecia-lhe um prazo demasiado dilatado para ficarem vinculados a essa situação. Portanto, eram essas questões que queria colocar e ver respondidas, se fosse possível.

Por indicação da Sra. Presidente, a Sra. Eng.ª Fátima Nogueira prestou um esclarecimento sobre as questões colocadas, que, por razões técnicas, não ficou registado, apesar de ter sido ouvido na sala.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que agradecia o esclarecimento da Eng.ª Fátima Nogueira.

A explicação que tinha sido dada quase que confirmava que, de alguma forma, o primeiro concurso, ou o concurso atual, seria pouco atrativo para os concessionários e que aquela retirada vinha ajudar a dar alguma atratividade, mas tinha sido a proposta que a Câmara e os Serviços Técnicos tinham apresentado, não tinha sido a proposta do Partido Socialista. Se ela era pouco atrativa, ou não, isso devia ter sido pensado na altura.

O que lhes parecia era que, se tinha havido uma retirada de 16% do investimento, a Câmara ia ter que investir aqueles 16%, ou mais, na obra da recuperação, da remodelação, da Praça de Touros.

Quanto a tudo o resto mantinha aquilo que eram os pressupostos do concurso inicial e não alterava aquilo que tinham sido as questões que o Partido Socialista, na altura, tinha elencado e, portanto, da parte deles iriam votar contra.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que agradecia as explicações dadas, mas permaneciam algumas dúvidas sobre todo aquele processo. Quando tinham votado contra, na proposta anterior, tinham a razão deles, de facto aquilo não era uma boa proposta, não era uma proposta que defendesse, de forma correta os interesses do Setubalenses, e a prova era aquilo que tinha acabado de ser dito.

Relativamente ao prazo dos 40 anos e dos 38 anos de “payback”, um investimento que tinha uma concessão de 40 anos e tenha um “payback” ao fim de 38 anos, enfim... os concorrentes deveriam saber da viabilidade dos seus projetos, mas isso seria um problema deles, mas era estranho.

Continuava preocupado porque a questão mantinha-se, a Câmara ia construir um parque de estacionamento, e do ponto de vista das condições do concurso, nada era alterado àquele nível e, portanto, a Câmara teria ali um prejuízo, porque iria ter um custo, que não tinha nos termos da proposta anterior, porque isso não tinha sido acautelado com aquela alteração.

Disse que não tinha percebido bem como é que tinha sido feita a suspensão daquele prazo, para apresentação de propostas, porque o que estava publicado no jornal oficial, tinha sido aquilo que tinha sido aprovado ali e, portanto, o prazo para apresentação de propostas era de 30 dias e terminaria por volta do dia 12 de junho. Portanto também tinha algumas dúvidas, dúvidas legais, sobre a forma como aquela suspensão tinha ocorrido e a comunicação, ao que parecia, direta aos interessados, que não entregassem propostas, porque iriam haver alterações, tinha as suas dúvidas, do ponto de vista jurídico, sobre a legalidade da suspensão e, portanto, mantinha-se toda a fundamentação que os tinha levado a votar contra a anterior proposta. Iriam votar também contra aquela alteração pretendida.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que não tinha competência jurídica e, portanto, tinha uma confiança total nos serviços da Câmara e naturalmente no apoio jurídico a que os serviços da Câmara tinham recorrido, para que aquela proposta estivesse coberta da legalidade necessária.

Tinha ficado surpreendido com algumas questões. Quando aquele concurso tinha sido lançado, uma das críticas que tinham ouvido, era que nos termos do concurso que tinham apresentado, não havia certezas que aquele parque seria construído, ou que não havia certezas que um dos três parques seria construído, tinha sido dito pelo PS e pelo PSD. Tinha sido dito, também, ali e na Assembleia Municipal, que aquilo representava um sobrecusto para a população. Tinha vindo a ser afirmado, criando um ambiente em Setúbal, que os residentes iriam pagar para estacionarem à porta de sua casa. Tinha sido esse o discurso do PS e do PSD, na cidade de Setúbal, quando não era isso que estava colocado, nem no concurso, nem no regulamento que o acompanhava e que tinha sido aprovado.

4

Agora dizia-se que quando se admitia, numa explicação técnica, que a atratividade, não abandonando os objetivos e os princípios que estavam presentes, relativamente à construção dos vários parques de estacionamento, vinha demonstrar que aquela proposta não servia os interesses da população, não entendia, achava que havia ali alguma coisa que falhava, existia ali uma contradição, para justificar uma posição que tinha sido assumida a algum tempo.

Pensava que era muito claro que, a viabilidade da construção daquele parque, que estava colocado e reafirmado, numa dimensão maior do que estava previsto inicialmente, porque apanhava uma área superior, naturalmente teria que ser assegurada no projeto de reabilitação da Praça de Touros, como ali vinha sendo colocada e que isso era uma forma de garantia para a população.

Acusavam a CDU de que estava a colocar um concurso para uma concessão "ad aeternum", porque era a 40 anos, que previa a construção, naquele momento, de dois parques de estacionamento, mas o curioso, era que quem os acusava daquilo, tinha sido quem tinha lançado um concurso para concessão e exploração, só de parque à superfície, por um período próximo daquele, que previa um crescimento grande de estacionamento tarifado, sem qualquer retorno para a população de Setúbal. Era curioso, como se procurava manipular a história e a memória dos setubalenses, naquela discussão.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que quando se falava de atratividade, se havia alguém que podia perceber do que estavam a falar, era o Sr. Vereador Paulo Lopes.

Era conhecido, que por exemplo, quando tinham lançado concurso público, do "Interface", por cerca de três milhões, não tinha aparecido ninguém. O concurso público do "Interface" tinha sido por quatro milhões e meio, por razões de atratividade, tiveram que mudar o valor, não iam lançar o concurso com o mesmo valor, para que ninguém aparecesse e para que não se conseguisse ter o "Interface" perdendo-se assim os fundos comunitários.

Quando lançaram a obra da Escola das Manteigadas, há cerca de dois anos, a empresa que agora estava com aquele concurso, dois anos depois, só faria a obra por mais duzentos e cinquenta mil euros, e o concurso teve que ser mudado.

Tinham uma escola que tinha ido agora a concurso, e que também iam ter que mudar de valor, tinham que se ajustar ao mercado, não havia hipótese, não faziam, não apareciam, não concorriam.

Aquilo era a realidade concreta do dia-a-dia. Quando se encontrava uma solução de maior atratividade para um concurso que era muito relevante para a cidade de Setúbal, era disso que estavam a tratar. Nem conseguia entender, de quem conhecia bem aqueles mecanismos, qual era a dúvida, qual era a dúvida de compreensão.

Já tinha percebido que se podiam pintar de azul, verde, amarelo, castanho, qualquer cor, que aquilo ia ser votado contra pela oposição, mas convinha que os parâmetros da coisa estivessem claros, acreditava que quando se falava de atratividade era disso que estavam a falar, era de garantir que havia concorrentes, e era de garantir que a coisa se fazia, e isso implicava, de acordo com a mudança da situação ao longo do tempo, fazer ajustamentos às propostas. Aquilo era o dia-a-dia de qualquer Município do País, era o dia-a-dia do Governo, era o dia-a-dia de qualquer órgão de administração pública, e quem trabalhava com obras e conhecia a situação sabia que o mercado tinha flutuações. Há sete ou oito anos atrás, faziam obras por 30% do custo habitual de há 11 anos, a situação tinha mudado. Portanto pensava que era com aquele equilíbrio, com aquele bom senso e com aquele realismo que tinham que trabalhar, se queriam que as coisas se fizessem.

Sr. Vice-Presidente – Disse que deixava de lado as questões históricas das posições do que já tinha havido e do que estava a haver e ia apenas às dúvidas que tinham sido levantadas. Num procedimento daqueles, as dúvidas eram legítimas, todos as tinham tido e todos as tinham procurado esclarecer.

Em relação ao prazo legal, perguntou ao Sr. Vereador Fernando Monteiro se desconhecia que tinha havido dilação de prazos nas situações de pandemia, em Portugal e na Europa.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Disse que tinha sido antes, que já tinha acabado a dilação.

Sr. Vice-Presidente – Disse que julgava que quem tinha feito a preparação daquele processo, sabia perfeitamente com que prazo estava a contar, sabia perfeitamente quando tinha terminado a suspensão do procedimento, não tinha grandes dúvidas, tinha perguntado se estava tudo em condições, em termos de prazos e tinha-lhe sido respondido que sim. Não sabia se todo o procedimento tinha ficado fora do período de suspensão dos prazos da pandemia, mas parecia-lhe que não, parecia-lhe que havia um bom período que estava dentro dos prazos de suspensão. Mas essa era uma questão formal, meramente jurídica, que lhe tinham respondido que estava acautelado, e ele fazia fê nos serviços, não tinha a mínima dúvida.

Quanto à questão da rentabilidade, tinham sido ali colocados elementos de equilíbrio, na perspetiva apenas do custo, do investimento. Esse argumento só valia se considerassem que aquele parque seria, absolutamente, de receita zero, tinha sido informado, que no total do investimento apresentaria 16%, os custos e as receitas estavam ali calculados em termos de unidades, estava ali calculada a percentagem das receitas à superfície, do investimento em subterrâneo, e das receitas em subterrâneo. Portanto, aquilo pressupunha, que a um custo de investimento havia, também, um retorno em receitas. Equilibrando as receitas e os custos, que estavam próximos do período da concessão, a taxa de retorno estava perlongada, o que explicava os períodos de concessão, os períodos para aquele tipo de concessões eram especiais, tinham um prazo mais alargado, e podiam achar que era muito ou pouco, comparando com o que era a média daqueles procedimentos. Se fossem ver os prazos de concessão nos concursos em estacionamento subterrâneo, não andava longe daquilo. Ninguém fazia concursos a 10,15, ou 20 anos, eram prazos mais alargados. Havia custos que eram retirados do procedimento, mas também havia receitas retiradas do procedimento, e era no pressuposto daquele equilíbrio, que se explicava a manutenção do equilíbrio económico das propostas, existiam custos e receitas que também saiam do projeto. Se era atrativo ou não, era bom recordar o que se tinha passado até agora, só não estava já adjudicado e terminado, porque tinha existido um problema formal, como tinha sido ali informado, havia uma proposta vencedora, havia uma solução, havia um vencedor interessado, com boas condições em relação às condições propostas. Recordava, para explicar aquela neutralidade do custo, não sabia se aquilo era um custo que se reduzia ao investidor, ou se era uma receita que se lhe retirava.

Na reunião da comissão da Assembleia Municipal, onde aquilo tinha sido discutido, ele próprio tinha colocado aquela questão. Um parque subterrâneo, naquele local, entre o Hospital e aquilo que, futuramente, seria o complexo da Praça de Touros, provavelmente ia ser um parque muito rentável, ia ter uma grande rotação, e provavelmente ia ter que haver uma solução de ampliação daquele parque, porque ia servir aquilo que existia agora, que era a infraestrutura hospitalar e uma zona residencial densa, e ia servir num futuro, que não seria muito longo, um centro comercial, um centro de atividades, um centro de espetáculos que era na Praça de Touros. Tanto que assim era, que quando se tinha pedido que comesçassem a desenhar projetos para o futuro da Praça de Touros, logo ficou a questão de meter naquele projeto de negócio o estacionamento, porque ele de facto era rentável e necessário ao projeto da Praça de Touros, do Centro de Atividades, que seriam desportivas, seriam lúdicas, seriam espetáculos, era um polo comercial, que ia nascer no centro da cidade com uma grande capacidade de espetadores, ligado com o Centro Hospitalar que tinha uma frequência de estacionamento muito grande.

Portanto, não se podia presumir que um parque naquele local teria zero de receitas e só teria custos. Quem tinha feito e refeito as contas e dizia que se podia equilibradamente retirar aquele investimento e retirar aquela receita, e os termos gerais do equilíbrio económico e financeiro do concurso mantinham-se, provavelmente assentava naquilo e ele aí compreendia as coisas.

6

la ter receitas, tinha uma expectativa de crescimento, conforme a realização do projeto da Praça de Touros, maior seria a expectativa de receitas, maior seria a necessidade de um dimensionamento adequado, eventualmente só para aqueles 240 lugares não seria capaz de responder às necessidades previstas para a gestão normal do estacionamento atual, mais o influxo que iria haver com a entrada e operação do polo comercial e de espetáculos e lúdico que iria ser a Praça de Touros. Aqueles 240 lugares teriam que ser mais. O equilíbrio económico e financeiro parecia-lhe que estava ali entendível e não era apenas retirar custos, era retirar custos, retirar receita, e uma grande expectativa de crescimento, de uma boa comercialização dos lugares de estacionamento, e julgava que isso dava para entender porque é que a proposta podia ficar equilibrada na mesma.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que ia responder à intervenção do Sr. Vereador Ricardo Oliveira, mas tinha resolvido seguir o conselho do Sr. Vereador Manuel Pisco, não ia para o histórico, porque pela intervenção do Sr. Vereador Ricardo Oliveira, a memória tinha-o atraído porque nada do que tinha dito batia certo com aquilo que tinha sido o histórico. Aquele não tinha sido o Parque de Estacionamento que estava em dúvida e nunca se tinham manifestado contra Parques de Estacionamentos.

Se o retorno económico e o equilíbrio financeiro do parque fosse garantido, então não tinham um prazo tão grande como a Engenheira Fátima Nogueira tinha referido de tantos anos. Aqueles equipamentos, por norma, eram efetivamente deficitários, eram necessários, atualmente ninguém pensava fazer um equipamento daqueles sem um estacionamento a dar apoio, mas efetivamente eram equipamentos que não tinham retorno financeiro, todo o resto do projeto é que ia dar o retorno financeiro na sua globalidade. Portanto continuavam a achar que não era aquela a questão.

A intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha sido clara, se era para garantir a atratividade do projeto que se estava a retirar, muito bem, mas não era isso que estava na proposta, em ponto nenhum na proposta estava o assumir, tão claro, como o Sr. Vereador tinha acabado de dizer. A intervenção do Sr. Vereador indicava outra coisa do que estava na proposta. A posição do Partido Socialista era conhecida, portanto achava que não merecia mais comentários.

Sra. Presidente – Disse que queria lembrar, que a outra proposta tinha sido chumbada por questões políticas, porque não queriam o desenvolvimento daquele Concelho. Já estava feito e já estavam, quase havia 10 anos, a usufruir daquele parque de estacionamento. Era isso que tinha que ser dito aos munícipes e àqueles que visitavam Setúbal - *“Setúbal estava fantástico, estava muito bonito, mas não se punha o carro em lado nenhum”* -, porque o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o Bloco de Esquerda não tinham querido. O melhor que tinha acontecido a Setúbal tinha sido a CDU ter ganho as eleições e ter tido a maioria absoluta. As pessoas confiavam na CDU e o resultado estava à vista. Nas câmaras onde o Partido Socialista e o Partido Social Democrata eram governo, os anos, as propostas, as contrapartidas, eram iguais, tinham que funcionar de acordo com o mercado. Não mandavam no investimento de um privado, se fosse atrativo iam, se não fosse não iam.

Chamava à atenção que, naquele caso, a primeira questão não tinha sido a atratividade, até porque haviam interessados, mesmo que fosse muito à pele. A primeira razão da suspensão tinha tido a ver com a proposta que o arquiteto que estava a fazer a requalificação da Praça de Touros tinha colocado, fazerem um único parque. Tinha feito um esboço e tinham achado que tinha razão. Quando fizeram a suspensão daquilo, até porque a construção do terceiro parque, lembrava, poderia ser daqui a 6, 7, 8, 9, 10 anos, aquele parque ficaria amputado pela não construção do outro de imediato. Se queriam entrar em obra dentro de um ano, e ia ser uma obra grande, fechar e por a praça multiusos, e por estacionamento debaixo da praça, aquilo ficava amputado, porque o outro, de acordo com o caderno de encargos, não era para ser construído de imediato. Decidiram suspender, para colocarem tudo mais claro, e ficar tudo num só bloco, essa tinha sido a razão principal. Era evidente que as pessoas estavam interessadas em ir ao concurso, sabendo disto diziam que assim estava mais atrativo, iam

mais à-vontade para aquele concurso. Portanto a questão tinha sido política e não outra, quanto pior melhor, como estava é como queriam que continuasse, mas não podia ser, as pessoas tinham confiado neles e não podia continuar assim.

Relembrava que no dia 28 de maio de 1992, estava numa ata de uma Reunião de Câmara, tinha sido deliberado fazer um contrato de estacionamento de 840 lugares tarifados, em Setúbal, feito pelo Partido Socialista, e o Partido Socialista agora votava contra porque eram muitos lugares tarifados, aquilo era hipocrisia política, era o trabalho da oposição.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que não era hipocrisia política, mas o que a Sra. Presidente tinha feito, tinha sido jogar com as coisas todas para criar uma imagem que não correspondia à realidade. Eles não eram contra o estacionamento tarifado, tinham sido eles que tinham introduzido o estacionamento tarifado em Setúbal, na Avenida Luísa Todi e em outros sítios onde tinham entendido que havia uma grande pressão, e que era necessário haver rotatividade, e não tinham sido 5.000 lugares. A Sra. Presidente, tinha feito uma apologia que o primeiro concurso, de há 10 anos atrás é que era bom e que a oposição o tinha chumbado por questões políticas, tinham chumbado porque em consciência tinham entendido que os senhores iriam hipotecar durante 50 anos todo o estacionamento tarifado. Quando dizia que tinha sido chumbado por questões políticas, sim tinha sido num órgão político que tinha sido chumbado, mas com razões objetivas que tinham apresentado na altura.

Sra. Presidente – Disse que tinham mais ou menos o mesmo número de estacionamentos do que os atuais, era a todo o comprimento da avenida.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que agora iam fazer dois, mas eram três, já estavam a cortar.

Sra. Presidente – Disse que não estavam a cortar, o parque da Praça de Touros ia ter o dobro do tamanho.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PSD.

A Sra. Presidente declarou a reunião suspensa por 10 minutos, findos os quais foram retomados os trabalhos.

5. Deliberação n.º 241/20 – Proposta n.º 59/2020 – DAF – Apoio ao Vitória Futebol Clube

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 22.

Sra. Presidente – Perguntou ao Dr. Paulo Hortênsio se aquela proposta tinha que ir à Assembleia Municipal.

O Dr. Paulo Hortênsio prestou um esclarecimento que, por motivos técnicos, não ficou registado, apesar de ter sido ouvido na sala.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que a posição do Partido Socialista, face ao conhecimento que tinham tido da solicitação da direção do Vitória de Setúbal, fase aquilo que eram os fundamentos da proposta e ao conhecimento que tinham tido da situação financeira, agravada pela situação desportiva que o clube atravessava, conhecendo e sabendo a

importância que o clube tinha, como estava referido na proposta, para toda uma região, quer desportiva, quer social e até económica, iam votar, obviamente, favoravelmente aquela proposta.

Aquela proposta ao ser aprovada, devia responsabilizar todos os vitorianos, todos aqueles que eram sócios do Vitória, não só a direção, porque as direções passavam, mas o clube ficava. Deviam ser feitas gestões rigorosas no futuro, fazer o que devia ser feito e pensava que estava programado fazerem auditorias a direções e a gestões anteriores, tudo devia ser clarificado porque a Câmara Municipal ao fazer uma doação daquelas, assumia uma responsabilidade perante todos os setubalenses e azeitonenses, eram dinheiros públicos, portanto havia que responsabilizar e que sensibilizar todos aqueles que eram da família vitoriana, não só a direção, mas todos os associados. Ele enquanto vereador, pesava embora o seu vitorianismo de coração, achava que isso devia ser feito. Aquela proposta tinha que ser aprovada, o clube não podia morrer, mas tinham que ser responsabilizados todos os que estavam e os que viriam a estar no futuro à frente do destino do Vitória, e ficava ali registada a posição do Partido Socialista e a sua enquanto vitoriano.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Disse que pedia escusa da votação daquela proposta pelos motivos anteriormente mencionados.

Sra. Presidente – Disse que fazia suas as palavras do Sr. Vereador Fernando Paulino. Todos os vitorianos deviam ser responsabilizados por aquilo que era público, que era de todos. E era mais uma demonstração dessa boa vontade e dessa ligação do poder local, àquilo que se confundia com a cidade, que era o Vitória. Aquela era uma responsabilidade de todos. Além daquilo que tinha vindo, na outra reunião, em relação à questão da penhora, também o dinheiro era de todos, aquele era mais um passo, era mais uma ajuda. E aquilo era finito, e, portanto, a responsabilidade tinha que ser de todos.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Monteiro - Fez a seguinte declaração de voto:

“O PSD votou a favor desta proposta, porque de facto, trata-se de um grande clube da cidade de Setúbal, eu diria, não só da Cidade de Setúbal, mas se calhar de todo o distrito, e se calhar não só do Distrito de Setúbal, uma vez que a sul do rio Tejo, é o único clube que representa esta grande região, na 1ª liga portuguesa. Mas não é só por isso, é porque o Vitória Futebol Clube não é só um clube de futebol, é um clube que tem, muitas e muitas, modalidades, onde tem cerca de dois mil jovens a praticar essas modalidades, que tem feito um trabalho na formação dos jovens, na formação a nível desportivo dos jovens extraordinária, tem conquistado vários prémios, nomeadamente prémios internacionais, nomeadamente na ginástica e outras atividades e, portanto, é um clube, que de facto, não pode morrer, e temos que ajudar, porque o clube é da cidade, a cidade confunde-se com o clube, o clube confunde-se com a cidade. Por todas estas razões, o grande serviço que presta aos jovens setubalenses e azeitonenses, entendemos que devíamos, nesta hora difícil, do clube, dar o nosso consentimento, e o nosso apoio a esta proposta e a este apoio financeiro ao Vitória Futebol Clube. No entanto e tal como já foi referido nas intervenções anteriores, o Vitória Futebol Clube e esta direção, e as futuras direções, tem que de facto repensar muito bem a forma como tem sido gerido o clube nesta cidade, e de facto responsabilizar, não só como dizia o Sr. Vereador Fernando Paulino, todos os sócios do clube, mas todas as direções anteriores que fizeram com que o clube chegasse a esta situação. Nós não podemos permitir, que direções e direções e direções e sucessivas direções de um clube, façam a gestão que faz e depois chegarmos a esta situação, em que tem que se todos os setubalenses e azeitonenses a ajudar o Vitória, porque é de dinheiro de todos nós que estamos a falar. Eu espero que isto seja um exemplo para o futuro, e que no futuro, a gestão deste clube comece a ser uma gestão mais eficiente, para não termos que

estar a toda a hora a prestar este tipo de apoios a um clube, que se fosse bem gerido não necessitava deles”.

6. Deliberação n.º 225/20 – Proposta n.º 14/2020 – DCIRT/DITUR – Apoio financeiro à Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal, para o projeto na área do Turismo Acessível nas praias de Albarquel e Figueirinha – Projeto “Praias para Todos”

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 226/20 – Proposta n.º 14/2020 – DURB/DIPU/GAP – Estudo Urbanístico de Brejos de Canes

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25.

Sra. Presidente – Disse que aquele estudo urbanístico tinha sido elaborado por uma equipa multidisciplinar de reputados especialistas nacionais. Tinha contado com a participação e coordenação executiva de docentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Lusíada, a coordenação esteve a cargo da Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Setúbal. Parabenizou a Arquitecta Rita Carvalho, o Dr. Vasco Raminhas, o Engenheiro José Miguel Madeira e a Divisão de Planeamento Urbanístico.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que em relação ao estudo urbanístico, o Partido Socialista, ao longo dos anos tinha apoiado a execução de vários estudos urbanísticos, mesmo quando o executivo não era maioritário e precisava das outras forças políticas, porque entendiam que um Plano Diretor Municipal, que agora tinha 25 anos, estava perfeitamente desatualizado e era necessário ter alguns instrumentos, que embora limitados nas suas ações, nas suas competências podiam dar uma estratégia futura. Portanto, sempre tinham sido favoráveis à apresentação e criação de estudos.

Tinha uma dúvida que era a questão dos dois cenários, percebia a necessidade de harmonizar vários interesses de vários proprietários e de manter um estudo com alguma versatilidade, de acordo com aquilo que eram as suas intenções, mas achava que um estudo urbanístico deveria ter uma ideia clara e não um cenário a, e um cenário b, e que aqueles cenários tivessem uma empresa, que possivelmente estava legalizada e a laborar e poderia estar ali, eventualmente, presumia que sim, mas não fazia muito sentido, no seu entender um estudo ter dois cenários tão diferentes com inclusão de uma empresa que estava inserida e depois acabava inserida num bloco, numa mancha habitacional, mas como tinha dito, aquilo era um caminho, era um estudo, pensava que depois iria ser vertido no novo PDM, mas achava que deveria ser evitado, no futuro, que existissem muitos cenários nos estudos, porque tornava pouco claro aquilo que a Câmara queria para o local e para evitar também no futuro aquilo que já tinham tido no passado, que tinha sido o caso, por exemplo da Carmona, em que tinham uma indústria com habitação à volta, que foi crescendo “*a posteriori*”, não estava a dizer que aquilo era o caso, até porque era menos poluente, achava ele, não conhecia as instalações, mas isso para dizer que deveria ser evitável a solução de mais do que um cenário porque efetivamente tornava a coisa mais confusa em termos de visão de futuro, mas o Partido Socialista ia acompanhar a proposta e votar favoravelmente.



Sra. Presidente – Disse que os cenários tinham a ver com verbas e, portanto, tinha que ver com aquilo que custava ao Município relocalizar se já estivesse ali a empresa, ou não relocalizar.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha reparado que estavam projetados dois arruamentos, em dois lotes privados no loteamento nascente, aquilo era uma intensão, mas faria sentido propor um arruamento por cima de lotes privados, que pressuponha, no mínimo a expropriação, tinha achado um bocadinho forçado.

O esclarecimento feito pelo Dr. Vasco Raminhas às questões colocadas, por indicação da Senhora Presidente, não ficou registado por motivos técnicos, embora tenha sido ouvida na sala.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 240/20 – Proposta n.º 15/2020 – DURB/DIMOT – Desafetação de parcela de terrenos municipais e transferência dominial subjetiva para Infraestruturas de Portugal, S.A. para construção de rotunda na EN 10 ao km 23,300

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 a 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 227/20 – Proposta n.º 18/2020 – DOM/SEGAH – Venda de habitação pública municipal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 228/20 – Proposta n.º 19/2020 – DOM - Concurso limitado por prévia qualificação 04/2020/DOM - “Museu de Setúbal – Recuperação do Convento de Jesus – Alas Norte e Nascente”: Aprovação do Relatório Final da Fase de Qualificação. Deliberação de qualificação de candidatos. Convite aos candidatos qualificados, para apresentação de proposta

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33.

Sra. Presidente – Disse que se tinha dado mais um passo na recuperação do Convento de Jesus, aquela era a terceira fase, era uma fase extremamente importante, estava quase.



Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que em termos de edifício, com aquela intervenção o edifício ficava resolvido, ficavam algumas coisas para a quarta e quinta fase.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 229/20 – Proposta n.º 20/2020 – DOM – Empreitada “Requalificação urbana e mobilidade na Avenida dos Combatentes e Avenida 22 de Dezembro”

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a proposta de adjudicação daquela obra já tinha ido ali a Reunião de Câmara, tratava-se agora, apenas, de aprovar a minuta do contrato. Antigamente não, mas presentemente a lei obrigava que a minuta do contrato também tivesse que ir a reunião de Câmara. A minuta não estava em condições de ter ido à última reunião, ia agora em complemento à deliberação da última reunião.

Sra. Presidente – Disse que aquela era uma obra de extrema importância, que ia requalificar mais uma zona da cidade, perto do Convento de Jesus, aquela malha urbana ficava toda resolvida, a Avenida dos Combatentes, a Avenida 22 de dezembro e o Convento de Jesus, ficava tudo muito bem resolvido.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 230/20 – Proposta n.º 21/2020 – DOM - Protocolo de cooperação técnica e financeira com vista à intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Forte de S. Filipe – Segunda Fase

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela obra decorria da primeira fase e das situações físicas encontradas no maciço onde estava instalado o Forte de S. Filipe. Tratava-se de fazer um protocolo equivalente ao da primeira fase, com as mesmas entidades, Câmara Municipal, LNEC, ENATUR, Direção-Geral do Tesouro e Direção-Geral da Cultura. Aquele protocolo visava criar condições para que aqueles parceiros todos, sendo que a Direção-Geral do Tesouro é que pagava a parte nacional da intervenção, que ia ser feita através de fundos comunitários, a assinatura desse protocolo, que iria ser feita no dia seguinte, iria permitir a abertura de um aviso específico do POSEUR, para aquela obra, avaliada em mais de cinco milhões de euros.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



13. Deliberação n.º 231/20 – Proposta n.º 22/2020 – DOM - Empreitada “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Eficiência Energética” – Abertura de concurso público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 a 42.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquele concurso tinha tido umas vicissitudes complicadas, o Tribunal de Contas tinha-se atrasado, a empresa não quis fazer a obra e tinha proposto uma indemnização brutal, a Câmara não esteve de acordo, propuseram uma indemnização mais baixa, foram para tribunal, o tribunal entendeu dissolver o contrato independentemente da litigação sobre a indemnização, dissolveu o contrato a pedido específico do Município de Setúbal, o que tinha permitido ao Município de Setúbal avançar com um novo procedimento concursal.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 232/20 – Proposta n.º 23/2020 – DOM/DIHAB - Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Habitação de Setúbal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela proposta ia permitir dar expressão institucional a todo o movimento de moradores, à volta daquela matéria, tinha uma composição que tinha serviços municipais, muitas instituições, representantes das cooperativas, representantes dos agentes económicos daquela área, representantes dos moradores, de acordo com critérios que tinham sido ali colocados para debate público, e que visava sobretudo dar aquela consistência à avaliação, ao acompanhamento e à produção de propostas para definição das políticas de habitação municipais.

Queriam trazer aquela proposta a par da estratégia local de habitação, não tinham conseguido levar ali a estratégia local que estava pronta, a não ser no aspeto da sua maturidade em termo de projeto de expressão concreta no terreno.

Na última reunião, a Sra. Presidente da Câmara já tinha dado nota de que havia uma intensão do IHRU de construir cerca de mil e duzentos fogos no seu território para renda acessível, tinha sido colocado um problema, o IHRU, construía renda acessível, mas não construía renda apoiada, que era uma coisa que não se entendia. Para construir renda apoiada, tinha que ser ou o Município ou uma entidade do terceiro sector. Se fosse o Município pagava 70% e o IHRU pagava 30%, se fosse uma entidade do terceiro sector o apoio poderia ir até aos 90%, sendo que 50% a 60%, seria a fundo perdido, e essa entidade do terceiro sector tinha que encontrar financiamento próprio para fazer a habitação de renda apoiada. Aquilo não se entendia, estava-se a empurrar para a Autarquia e para o terceiro sector o arrendamento não rentável. Era ridículo que o estado mandasse para cima do terceiro sector e para cima das Câmaras a criação da renda apoiada, de edificação para renda apoiada, deixando de fora da intervenção direta do estado a situação dos mais pobres e mais desfavorecidos da sociedade portuguesa em termos de habitação, limitando-se a fazer renda acessível. Portanto por aquele facto, eles não tinham, naquele momento, a estratégia local pronta, porque estavam a negociar com entidades do terceiro sector a possibilidade dessa entidade assumir renda apoiada e em simultâneo assumir renda acessível, para equilibrar e ser possível não haver uma entidade do terceiro sector deficitária no arrendamento, para garantir um direito à habitação, que era um direito constitucional. Era uma situação que não fazia sentido nenhum,

era uma política que tinha que ser radicalmente alterada e que não correspondia sequer à política atual do governo, genericamente pronunciada pelo seu Ministro. O Sr. Ministro tinha dito que enquanto não houvesse um parque público até 5%, não havia hipótese de baixarem as rendas em Portugal. Estavam abaixo dos 2%, tinham que caminhar para os 5%, eram muitos milhões de investimento, mas ao mesmo tempo que dizia isso, a nova legislação de política de habitação mantinha-se nos termos pré-existentes à lei de bases de habitação, e com os mesmos parâmetros e as mesmas regras, portanto, estavam a jogar o jogo dessas regras, mas completamente convencidos que era indispensável muda-las para garantir o direito à habitação de todos os portugueses e em particular dos setubalenses.

Quis juntar aquela nota, na medida em que teriam tido muito gosto em trazer a proposta do Conselho Municipal de Habitação, conjuntamente com a estratégia local de habitação, o que não era possível naquele momento, apesar de estar redigida naquilo que era essencial e poderia ser claramente aprovada, se não tivessem aquele problema de encontrar uma solução para a renda apoiada.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 233/20 – Proposta n.º 56/2020 – DCDJ/DIBIM – Doação de Estatueta ao Município

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 234/20 – Proposta n.º 57/2020 – DCDJ/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal. Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 235/20 – Proposta n.º 58/2020 – DCDJ/DISOC – Banco Alimentar Contra a Fome. Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Pediu escusa de votação naquela proposta, uma vez que fazia parte dos órgãos sociais do banco alimentar, ausentando-se da sala.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

18. Deliberação n.º 236/20 – Proposta n.º 18/2020 – DES/GABS – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Sul – Grupo de Apoio de Setúbal (GASET)

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 237/20 – Proposta n.º 19/2020 – DES/DIAPE – Retificação de deliberação – Ação Social Escolar 2020/2021 – Livros de Atividades

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que na última Reunião de Câmara tinha ido uma proposta que tinha inscrito um valor incorreto, relativamente àquilo que era a intensão e o valor real daquele apoio, aos estudantes do Concelho de Setúbal. Tinha sido um lapso dos serviços, em que depois de corrigida a proposta por um erro que continha, acabou por ser apresentada uma proposta que não era a correta, não tinha sido possível detetar aquele erro durante a reunião e apresentavam ali a correção da proposta.

Propunham a aprovação do apoio financeiro no valor de cento e quarenta e dois mil setecentos e noventa e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos, para a aquisição dos livros de fichas, e não os cento e sessenta e dois mil euros como tinha sido aprovado na última reunião.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 238/20 – Proposta n.º 20/2020 – DES/DIAPE – Aceitação de doação – Programa Responsabilidade Social LACTOGAL | Bem alimentar o futuro é cuidar das crianças hoje

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujos originais ficam anexo à presente ata sob os registos n.ºs 54 e 55.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que aquela era uma proposta que vinha em complemento da proposta aprovada na última reunião, era uma segunda fase da doação da LACTOGAL, de leite para as crianças, e para famílias com crianças em situação económica vulnerável, nomeadamente no âmbito da pandemia em que se encontravam.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 239/20 – Proposta n.º 10/2020 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2020

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções do público neste período.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e doze minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 12 de agosto de 2020, por unanimidade, contém 35 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Sílvia Barbeiro